



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 079

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE JULHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 079

76ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 13

Dep. Elio Rusch 15

Dep. Tadeu Veneri..... 16

Dep. Neivo Beraldin 18

Dep. Professor Lemos 18

Dep. Elton Welter 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 14

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

Redação Final 22

3ª Discussão 23

2ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 38

Encerramento da Sessão: 39

DIÁRIO Nº 079

76ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibe-

lli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scana-vaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mário Roque, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Pedro Ivo (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofícios***

Sob os n.ºs CEE/CC 2441/09 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado SANCIONOU o Projeto de Lei n.º 496/08 de autoria do Poder Executivo que, concede anistia, conforme especifica, a servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual que, no período citado, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política, devidamente caracterizada, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista, nos termos que menciona, o qual convertido em Lei tomou o n.º 16164. **Anote-se e archive-se.**

Sob o n.º CTL/CC 069/09 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 547/08, de autoria do Deputado Artagão Junior, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º 914/GS/SEPL do Sr. Enio José Verri, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando o Demonstrativo das Alterações da Defesa ocorridas no 2º trimestre de 2009. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os n.ºs AL 000355 e 356/09 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que tem por objetivo conceder apoio financeiro com a finalidade de viabilizar cursos para a formação inicial e continuada no âmbito do sistema Universidade Aberto do Brasil - UAB. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO N.º 812/09

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude a construção de Centro da Juventude no Município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja proposto ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e a Exma. Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, Sra. Thelma Alves de Oliveira, a construção de Centro da Juventude no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Juventude é destinado para jovens entre 12 e 17 anos, proporcionando o acesso aos bens culturais e artísticos, desenvolvendo a criatividade destes adolescentes, através de atividades esportivas, tecnológicas e profissionalizantes, dando suporte a sua formação pessoal, profissional e política.

Para a implantação do Centro da Juventude, são analisados alguns critérios, tais como: o número de homicídios na população entre 15 e 19 anos, as apreensões de adolescentes por envolvimento com drogas, bem como, as violações de direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como o Município de Colombo, enquadra-se perfeitamente em todos os requisitos, conforme constatação diária nos principais jornais metropolitanos do Estado, nada obsta a sua contemplação em referido projeto.

Inúmeras são as crianças e adolescentes vindos de famílias desestruturadas, sem valores e imposição de limites, achando que a violência é normal e como a prioridade do referido projeto são os jovens em situação vulnerável, expostos a violência, consideramos nosso pleito legítimo e justo.

Requerimentos

REQUERIMENTO N.º 3499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO N.º 3498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 14/07/09 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei n.º 304/09 - Mensagem 044/09 e Projeto de Lei n.º 354/09 - Mensagem 052/09.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Jocelito Canto, Dobrandino da Silva, Beti Pavin, Luciana Rafagnin, Caíto Quintana, Ademir Bier, Elton Welter, Antonio Anibelli, Stephanes Júnior, Cida Borghetti, Teruo Kato, Professor Lemos, Alexandre Curi, Dr. Batista, Waldyr Pugliesi, Jonas Guimarães, Augustinho Zucchi e Luiz Accorsi.

REQUERIMENTO N° 3433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO N° 3485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada dos Projetos de Decretos Legislativos n°s 02/09, 03/09, 04/09 e 05/08, por 10 (dez) Sessões, itens constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO N° 3487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo n° 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 169/08, item 17 da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 3500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratar de assuntos particulares no período de 15 a 28 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO N° 3435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Lauro Rodrigues da Costa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Luiz Pedro de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Paloma Panek, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Silvestre Sampaio da Cruz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Tereza de Jesus Carbonar Mottim, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Alorino Batista de Melo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Alzira Maria dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Atilio Freire, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Catarina Pimentel de Moura, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Dina Celia Daniel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Elza Maria, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3447

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Jeferson de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Estefano Buczak, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de João Darci Fagundes de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de João Maria Gonsalves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de João Pedro Lemes Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de José Araújo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de José Silvío Pinto, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Julio Cesar Lemos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Nair Simionato Teixeira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Maria Iza Camargo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3458

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Learsy Domingues D. Deus, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Julia Luiz Ferreira Muraro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Geraldo Beluzzo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Elizangela da Luz Fernandes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Daniel Cunha Chibinski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Conceição Aparecida Kotesk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Antonio Rodrigo da Luz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Antonio Meira dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Sebastião Roffmann, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 3468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pela falecimento de Rosalina Camargo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Maria de Araújo Perpétuo, ocorrido no dia 10/07/09, no Município de Palmas/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Révora de Araújo Perpétuo, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida dedicada à família, aos amigos e à profissão.

Desde cedo, deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários, participando ativamente das grandes decisões. Na política, José Maria de Araújo Perpétuo exerceu o cargo de Prefeito por dois mandatos (1973 a 1976 e 1983 a 1988).

Além dos dotes como político, era um ser humano generoso e abnegado. Por ser médico, sabia das dificuldades que os cidadãos menos favorecidos enfrentavam e, por isso, trabalhava com veemência no sentido de diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidos pela sorte.

Em reconhecimento aos relevantes trabalhos prestados à população, recebeu os títulos de Cidadão Benemérito pelo Governo do Paraná em 1992 e pela Câmara Municipal de Palmas em 2007. Também foi agraciado com o título de Cidadão Honorário de Coronel Domingos Soares em 1999, sendo este o primeiro título entregue pelo Município.

Na área da Medicina, também foi reconhecido pela ação em prol de causas humanitárias. Dr. José Maria recebeu o diploma de Mérito Ético profissional da Medicina concedido pelo Conselho de Medicina do Paraná em 2002 e a Medalha de Lucas outorgada pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná em 2007.

Além disso, o Dr. José Maria construiu a Clínica São José e Maternidade Dona Flávia, onde foi proprietário durante 40 anos. Participou do Projeto Rondon, foi médico da FUNASA, sócio-fundador do Lions Clube e membro da Academia Palmense de Letras.

No âmbito familiar, como marido, sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado com a Sra. Révora de Araújo Perpétuo, juntos construíram uma história e souberam cativar simpatias e respeito de todos. Como pai, criou com muito esmero e disciplina seus quatro filhos:

Joana d'Arc, Maria Antonieta, Maria Carolina e José Maria de Araújo Perpétuo Filho. Como avô, participou de forma presente da criação de seus 10 netos e como bisavô de seus seis bisnetos.

Diante de tudo o que foi exposto, é justo prestar uma última homenagem ao Sr. José Maria. Seu falecimento abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar sequência.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 3470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Narcisa Martins Massoco Pegoraro, ocorrido no dia 10/07/09, no Município de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita pela quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa como cada instante é vivenciado e experienciado.

É impossível definir em poucas palavras, com exatidão, a forma de ser da Sra. Narcisa Martins Massoco Pegararo. Esposa, mãe, trabalhadora e amiga, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Natural de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, casou-se com o Sr. Izidoro Pegararo (já falecido) e foram morar no Distrito denominado Coração, no Município de Joaçaba, em Santa Catarina. Anos mais tarde, passaram a residir no Paraná. Ajudaram a construir o progresso de Guaraniaçu, com muito trabalho e dedicação.

Também deram exemplo de convivência familiar. Com equilíbrio, honradez e perseverança, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos. Uma família numerosa e de grande destaque na sociedade local.

Como mãe, criou com muito esmero e disciplina seus oito filhos: Aldoino, Lucia Maria, Dário, Danilo, Euclides, Valdir, Darci e Reni. Como avó, participou de forma presente da criação de seus netos e como bisavó de seus bisnetos. Como esposa, sempre foi companheira, leal e amiga.

Como trabalhadora, lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi agricultora e comerciante.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-la, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humildade e caráter. Todos, com certeza, sentirão

amargamente a ausência da Sra. Narcisa, que acima de tudo foi uma grande amiga.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 3473

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à Juíza Morgana Richa, em razão de ser a única mulher a integrar o novo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ex-Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) na gestão 2006-2008 e ex-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (AMATRA-IX) por duas gestões consecutivas, Morgana tem se destacado no cenário jurídico paranaense e brasileiro, não só por sua atuação judicante, como também na condição de interlocutores de seus colegas Juízes junto a outros setores da sociedade. Atualmente é diretora administrativa da JusPrev - o fundo de pensão nacional dos membros do Judiciário e do Ministério Público.

Morgana Richa formou-se em Direito pela UFPR em 1990 e ingressou na Justiça do Trabalho no cargo inicial da carreira (Juiz substituto), em julho de 1992. Dois anos depois, foi promovida à titularidade de Vara do Trabalho, exercida sucessivamente em Cianorte, Telêmaco Borba, Assis Chateaubriand e, desde outubro de 2002, na 15ª de Curitiba. Em 2008, foi laureada pelo TST com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3480

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações para o Sr. Ailson Donizete Carvalho, pelos relevantes trabalhos prestados à comunidade, na qualidade de Chefe de Gabinete da Prefeitura de Sarandi.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 3484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de votos de congratulações e aplausos ao 1º Tenente João Roberto Galetto Alves, Comandante da RONE, pela comemoração do 17º aniversário da corporação.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Cumpre-nos manifestar os nossos sentimentos de reconhecimento e gratidão pelos altos padrões de eficiência e profissionalismo demonstrados pela RONE nos seus 17 anos de atividades, comemorados hoje (13).

A corporação é uma das três subunidades da Companhia de Polícia de Choque. Além da RONE, ela abrange duas outras subunidades, o COE (Comando de Operações Especializadas) e o Canil (central de cães para busca de pessoas, drogas e entorpecentes, artefatos explosivos, controle de distúrbios civis, entre outros). As corporações formam a tropa da elite das forças de segurança pública do Governo do Estado, e abriga entre seus efetivos os melhores homens da nossa Polícia Militar do Paraná.

Atua diariamente em rondas ostensivas de natureza especial. De acordo com o balanço de atividades do primeiro semestre de 2008 (janeiro a junho), a unidade promoveu 427 abordagens de pessoas em bares e 42 mil e 201 nas ruas.

No período foram abordados 2 mil e 477 automóveis, 2 mil e 84 motocicletas, 35 taxis e 19 ônibus, além de apreensão de 299 armas de fogo (pistolas, revólveres e espingardas) e 58 veículos. Nas operações foram recuperados 42 veículos que haviam sido furtados e cumpridos 23 mandados de prisão.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a corporação pela comemoração dos 17 anos de atividade.

REQUERIMENTO Nº 3489

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa Legislativa o encaminhamento de congratulações, à diretoria do Centro Cultural Italiano, da Cidade de Palotina, pela exemplar organização do 11º Jantar Italiano, realizado no último final de semana.

As congratulações, aqui requeridas, são extensivas também a todas as pessoas que se esforçaram e trabalharam, de uma ou outra maneira, pelo largo sucesso do grande evento festivo.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente solicita seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada ao Sr. Ademar Luiz Pedron, Presidente do Centro Cultural de Palotina.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações aos organizadores do 48º Festi-

val de Etnias do Estado do Paraná, apresentado no último dia 08/07/09 no Teatro Guaíra.

Foi muito grande a aceitação do público curitibano e paranaense que ficou extasiado com a beleza e a riqueza do espetáculo assistido por centenas de pessoas.

Esse espetáculo, sem dúvida, enriqueceu o acervo cultural do Teatro Guaíra e a tradição cultural do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de congratulações ao Município de Teixeira Soares que comemora 92 anos, nesta data.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3474

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Fábio Neves.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Fábio Neves, proprietário da Seven Promoções e Propaganda Ltda que realiza sob seu comando, o desenvolvimento da cultura nas mais variadas vertentes, da música ao teatro, sempre buscando acrescentar mais conhecimento e informação ao grande público, sem esquecer do lado humanitário através da ajuda a instituições que atendem pessoas carentes, dando-lhes oportunidade de acesso a estes espetáculos de forma filantrópica, atitude digna e exemplar, demonstrando a sua responsabilidade social e de sua empresa.

REQUERIMENTO Nº 3475

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Jornal Atos e Fotos pelos 10 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Jornal Atos e Fotos pelos 10 anos de fundação, sempre levando informação com credibilidade e isenção, respeitando seus leitores e a comunidade em geral, focando suas matérias nas necessidades dos cidadãos, com total liberdade de expressão, tornando-se parceiro de seus anunciantes e leitores, demonstrando que a imprensa de qualidade é feita com a participação de toda a sociedade, com profissionais competentes e com a dedicação de seus colaboradores.

REQUERIMENTO Nº 3476

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pata Negra Restaurante Bar Café.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pata Negra Restaurante Bar Café, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida espanhola, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital.

Por se tratar de uma cozinha de excelência e uma referência da boa gastronomia, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade em ambiente confortável e agradável, um pedaço da Espanha na Capital paranaense.

REQUERIMENTO Nº 3477

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Oriente Árabe.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Oriente Árabe, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana algumas das tradições da colônia Árabe, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital.

Por se tratar de uma cozinha tradicional, revela as mais profundas raízes de uma sociedade milenar que através dos séculos atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados.

REQUERIMENTO Nº 3478

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pe. João Sônego pelos 25 anos de sacerdócio.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pe. João Sônego, Pároco do Santuário Nossa Senhora de Lourdes, no Campo Comprido, que comemora 25 anos de sacerdócio dirigindo este local sagrado, para onde, por devoção, acorrem peregrinos de diversas regiões, aumentando suas responsabilidades como governantes das palavras do Êxodo 25:8 *“E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles”*. Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários.

rios, demonstra toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos sete Sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO Nº 3479

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Quintessência Conveniências e Serviços.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Quintessência Conveniências e Serviços, uma padaria que prima pela qualidade da matéria-prima, a criatividade nas receitas e preocupação em cada detalhe no preparo dos pães, um jeito de panificar com êxito, disponibilizando aos consumidores uma loja de conveniências e serviços para festas. Sua panificação transmite à sociedade curitibana, os prazeres do bom paladar, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital.

Por se tratar de uma panificadora de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e aconchegante, fazendo parte do dia a dia de seus clientes, um conceito diferente e sofisticado de padaria.

REQUERIMENTO Nº 3481

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à SPAC - Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba, na pessoa de sua presidente Soraya Simon.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, atuando há mais de 37 anos com grande zelo e responsabilidade sócio-ambiental, principalmente em prol dos animais confiro a presente homenagem.

No começo, em 20/04/72, fundada pela professora Enid Bernardi, e hoje presidida pela Srta. Soraya Simon, a SPAC dispunha somente de um escritório para orientar a população. Mas desde a fundação pauta em seu objetivo principal que sempre foi claro: proteger e defender animais carentes ou maltratados.

Em 1975 a SPAC mudou para um local onde, além de orientar a população, pôde oferecer cuidados veterinários aos animais necessitados. Mas ainda faltava algo para os animais da Cidade: um lar provisório, para onde pudessem ser levados e tratados até serem encaminhados para lares responsáveis. Este objetivo foi alcançado em 1979, quando a SPAC passou a ocupar um imóvel alu-

gado que atualmente abriga mais de 800 animais, entre cães e gatos. Apesar da estrutura atual não ser apropriada, do embargo, e das dificuldades financeiras que a entidade enfrenta, a APAC também atende e acolhe animais vítimas de maus-tratos, resgatados e acidentados. A SPAC é atuante em verificações, registro e acompanhamento de denúncias de maus-tratos junto aos órgãos competentes.

A SPAC não recebe ajuda necessária de órgãos públicos, para se manter, conta com doações de particulares e com a renda da clínica veterinária que funciona no local, com profissionais competentes que prestam atendimento (consultas, cirurgias e vacinações) a animais da comunidade com valores acessíveis a pessoas de baixa renda. Os animais sob a responsabilidade da entidade são atendidos voluntariamente pelos médicos veterinários da SPAC.

REQUERIMENTO Nº 3482

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Movimento SOS Bicho, na pessoa de sua presidente Rosane Vicente Gnipper.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com relevantes serviços prestados à comunidade paranaense e o grande zelo em prol dos animais.

O Movimento SOS Bicho é uma fraternidade de protetores de animais, fundada em 18/02/02, caracterizada juridicamente como Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos ou econômicos e de interesse comunitário. Sua finalidade é promover a conscientização quanto aos problemas no manejo da fauna.

De caráter voluntário e pacifista, o Movimento SOS Bichos promove a conscientização da comunidade para os problemas a seguir, buscando soluções conjuntas para:

Área de atuação: animais domésticos.

Tipos de problema: maus tratos, abandono, superpopulação, criação comercial.

Área de atuação: animais silvestres.

Tipos de problema: caça, tráfico, destruição do habitat.

Área de atuação: animais usados para consumo.

Tipos de problema: crueldade na produção e no abate.

Área de atuação: animais usados para estudo e teste.

Tipos de problema: vivissecção.

Área de atuação: animais usados para entretenimento.

Tipos de problema: circos, rodeios, rinhas, farra do boi.

Área de atuação: animais usados para serviço.

Tipos de problema: tração, guarda.

REQUERIMENTO Nº 3494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui, respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao Sr. Jonas Ramos Barros, pelos seus 15 anos de atuação no salão de cabeleireiros Jonas e como atleta do Município de Piraquara por 12 anos.

Por essa razão, a Assembleia Legislativa do Paraná, sente-se honrada em cumprimentar o Sr. Valdir Alves Pinto, pela dedicação e a amizade pelo seu grupo de amigos.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui, respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao Sr. Antonio Pereira dos Santos, pelo seu trabalho em defesa do Meio Ambiente, sempre pesquisando e estudando as potencialidades naturais, alertando e criticando quando necessário os governantes, os crimes ambientais e o descaso pela natureza.

Por essa razão, a Assembleia Legislativa do Paraná, sente-se honrada em cumprimentar o Sr. Antonio Pereira dos Santos, pela dedicação em defesa ao Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui, respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao Sr. Leonel Mierzza, proprietário da Lanchonete e Panificadora Baixinho em Mallet-PR, pelos serviços prestados na Cidade. Vale ressaltar, que é uma empresa familiar, e que empresas assim podem ser bem sucedidas, desde que haja esforço, competência e vocação para a atividade desempenhada.

Por essa razão, a Assembleia Legislativa do Paraná, sente-se honrada em cumprimentar o Sr. Leonel Mierzza e a todos os colaboradores que fazem um bom atendimento à comunidade.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui, respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao Sr. Valdir Alves Pinto, pelo seu trabalho em reunir sempre mais de

50 amigos com filhos desde 17/05/03 para brindar a amizade e a prática de esportes em Piraquara.

Por essa razão, a Assembleia Legislativa do Paraná, sente-se honrada em cumprimentar o Sr. Valdir Alves Pinto, pela dedicação e a amizade pelo seu grupo de amigos.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3434

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência a recuperação asfáltica da PR-239 que liga o Município de Campina da Lagoa a BR-369, num trecho de aproximadamente 15 km.

Tal solicitação prende-se ao fato das enormes dificuldades de trafegabilidade encontrada pelos moradores do referido Município.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Fernando José de Oliveira.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes Paulo Sérgio de Oliveira Passos, sugerindo seja criada uma lei para que haja obrigatoriedade de existir cadeiras especiais para bebês nos ônibus. Tal solicitação justifica-se pela falta de cadeiras adequadas para as crianças de colo que utilizam transporte coletivo. A segurança destas crianças fica comprometida pela falta de lugar adequado para que elas possam ser acomodadas, uma vez que as mães muitas vezes não encontram lugar para se sentar e precisam ficar em pé com as crianças no colo.

Desta forma, tal solicitação poderá contribuir para melhorar a segurança das crianças de colo nos ônibus de transporte coletivo.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja fornecido a este Parlamentar, cópia integral do relatório final da CPI do BANESTADO.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3483

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à mesa seja enviada correspondência ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER -, Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando do mesmo a integração de linhas metropolitanas de ônibus com desconto no preço da passagem.

As linhas de ônibus de características metropolitanas que ligam as Cidades de Sarandi a Maringá e as que ligam as Cidades de Paçandu a Maringá, são permissões que estão jurisdicionadas ao referido órgão (DER-PR).

Estando as duas linhas sob a jurisdição do mesmo órgão, nada obsta que sejam tomadas as medidas conjuntas em ambas as permissões no sentido de facilitar o transporte de pessoas entre as Cidades extremas daqueles trajetos, ou seja, entre a Cidade de Sarandi e Paçandu.

Atualmente as pessoas que precisam se deslocar entre as referidas Cidades (entre Sarandi e Paçandu, ou vice-versa), têm que pagar um passagem para o deslocamento entre Sarandi e Maringá e outra passagem para o deslocamento entre Maringá e Paçandu, além, claro, de pagarem o valor das mesmas passagens para a viagem de retorno.

A maioria das pessoas que se deslocam nesse percurso (entre Sarandi e Paçandu e vice-versa) são trabalhadores que utilizam o ônibus para chegarem até os seus locais de trabalho, fato que onera sobremaneira as respectivas rendas ou dos empregadores, o que limita de forma acentuada a possibilidade de contratação de pessoas residentes em uma dessas Cidades e que trabalham na outra.

A dificuldade de pagar duas passagens para o deslocamento entre as referidas Cidades ficou mais representativa em razão da crise econômica registrada no País e no mundo. Portanto, compete às autoridades o dever de encontrar alternativas para minimizar a situação relatada.

Em razão do exposto, é imprescindível que, no caso da pessoa já ter se deslocado no ônibus, no primeiro trajeto, entre uma dessas Cidades e a Cidade de Maringá, que seja possibilitada a integração com a viagem seguinte, para a outra Cidade, com desconto de 50% (cinquenta por cento) no segundo trajeto.

Por exemplo, o passageiro que vai de Sarandi para Paçandu, pagaria a tarifa normal entre Sarandi e Maringá, e para o trajeto seguinte, entre Maringá e Paçandu, pagaria apenas 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa (50% da tarifa entre Maringá e Paçandu).

As duas linhas em questão são operadas pela mesma permissionária, que já utiliza bilhetagem eletrônica em seus serviços, razão pela qual não haveria dificuldade para o software do sistema interpretar, pelo cartão magnético, qual a origem e qual o destino pretendido pelo usuário, possibilitando a concessão do desconto no segundo trajeto.

Tal medida não causaria desequilíbrio nas contas da permissionária dos serviços de transporte. Primeiro

porque o número de passageiros nessa condição não será elevado a ponto de trazer reflexo nessa receita e segundo porque, certamente, tal desconto trará para o ônibus pessoas que atualmente buscam outras formas de transporte.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3472

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, vem mui respeitosamente à Vossa Presença, REQUERER que sejam prestadas as seguintes informações aos Srs. Deputados Estaduais para que se torne de conhecimento público, a respeito da publicidade dos atos da Assembleia Legislativa do Paraná desde o ano de 1998.

I - Onde podem ser consultados os diários oficiais da Assembleia Legislativa do Paraná;

II - Se é verdadeira a informação contida em matéria da Gazeta do Povo edição de 12/07/09 de que os referidos diários estão em processo de encadernação e, portanto, indisponíveis;

III - Se confirmada a informação anterior detalhar:

a) Data em que foram encaminhados para encadernação;

b) Empresa responsável pela encadernação;

c) Data em que os documentos encadernados retornarão para a Assembleia Legislativa do Paraná;

IV - Se é tecnicamente possível a disponibilização dos diários da Assembleia no site da Assembleia Legislativa do Paraná como já ocorre com as proposições e outras informações de interesse da sociedade.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo do dia 12/07/09 publicou matéria dizendo que haveria atos secretos também na Assembleia Legislativa do Paraná.

As informações ali veiculadas colocam sob suspeição o Poder Legislativo do Paraná estabelecendo comparativos com os atos do Senado Federal.

É fundamental que se esclareça aos Deputados estaduais e à sociedade paranaense o que corresponde à verdade e o que não corresponde.

É importante oportunidade para reafirmar à população paranaense o compromisso da Mesa Executiva da Assembleia com a transparência absoluta do Poder Legislativo Paranaense.

REQUERIMENTO Nº 3486

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Valter Bianchini, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento informar, relativamente ao Programa Leite das Crian-

ças, a quantidade de litros de leite adquirida diariamente, quem são os fornecedores e qual o preço praticado por litro.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH,
VALDIR ROSSONI e PLAUTO MIRÓ

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 355/09

À Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Verê, do imóvel situado no Lote n° 03 da Quadra n° 57, situado na rua Princesa Izabel, na sede do Município, com área de 797,00m2, constante da matrícula n° 6450, do 2° Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2° O imóvel de que trata o artigo 1° desta lei, que ficará gravado com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, será utilizado pelo Município de Verê, exclusivamente, para a continuidade dos trabalhos da Câmara Municipal, revertendo ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa do assim estabelecido.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/07/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, objetivando a doação, ao Município de Verê, do imóvel situado no lote n° 03 da quadra n° 57, situado na rua Princesa Izabel, na sede do Município, com área de 797,00m2, constante da Matrícula n° 6450, do 2° Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

O imóvel foi emprestado pelo Poder Executivo Estadual para a instalação da Câmara Municipal de Verê. O mesmo precisa passar por várias reformas e ampliação, porem o legislativo municipal não pode fazer grandes gastos, uma vez que o imóvel não pertence a Câmara Municipal.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do plano de lei em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Finda leitura do Expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus; Dr. Batista, essa figura extraordinária; Deputado Jonas; colegas Parlamentares; paranaenses que nos dão a honra acompanhando as Sessões da Assembleia Legislativa através da Rede MERCOSUL de televisão e através da TV SINAL.

Recebemos e-mail do ilustre presidente do Sindicato dos Funcionários da EMBRAPA, o grande e aguerrido presidente Antonio Carlos Ferreira Mendes, o popular Tonhão, muito querido pelos colegas servidores. Ele diz aqui: *Deputado Belinati, informo que foi fechado o nosso acordo coletivo com o seguinte resultado: os salários de todos os trabalhadores da EMBRAPA serão reajustados em 7%, o ticket-alimentação 11,76% e o auxílio-creche 6,82%. Essa proposta foi aprovada por 76% das sessões sindicais em todo o País. Agradeço a sua atenção para as nossas reivindicações e desde já contamos com o seu apoio no próximo ano. Agradeço a sua manifestação em plenário na Assembleia Legislativa.* Esse o e-mail desse homem que lutou muito, junto com outros sindicalistas, para que os servidores da EMBRAPA, que é a maior empresa pública do País, tivesse um reajuste. Foi pequeno, mas foi uma vitória dos sindicalistas, da luta, da união dos servidores da EMBRAPA. Parabéns ao Antonio Carlos Ferreira Mendes, o Tonhão.

E-mail do José Alexandre Machado: *Deputado Belinati, o Deputado Darci de Matos, de Santa Catarina, gostaria de receber uma cópia do projeto, de sua autoria, que estabelece passe livre para o desempregado.* Olha, nobres Pares apresentamos um projeto para que quem estiver desempregado possa receber, Deputado Lemos, 30 passes de ônibus por mês nas empresas que operam o transporte metropolitano, e essa notícia já é comentada fora do Paraná. E está aqui o e-mail, Deputado Darci de Matos, de Santa Catarina, da cópia do nosso projeto para eles apresentarem um projeto igual para Santa Catarina, porque quem está desempregado, se sai a pé de casa para procurar emprego, aí chega todo despenteado, com a roupa suja, sapato sujo, às vezes transpirando; a pessoa que está selecionando funcionários e funcionárias vai acabar refugando essa pessoa pela sua aparência. Então, no mínimo, como as empresas ganham milhões explorando o transporte e explorando os usuários do transporte, não vai matar nenhum dono de empresa, não vai matar nenhuma empresa. Dá sim, perfeitamente, para a empresa fornecer por mês o passe livre ao desempregado. Lógico, nosso projeto estabelece um controle. Aquele que está desempregado vai ter que comprovar que está usando o passe para ir atrás de emprego, não é para passear. Queira Deus que o nosso projeto seja aprovado por esta Casa.

Temos aqui um e-mail do grande líder comunitário de Londrina o Sr. Osvaldir Gomes: *Caro amigo, Deputado Belinati. Na condição de membro do Conselho Comunitário de Segurança, normatizado pela Secretaria da Segurança Pública do Paraná, gostaria que a Secretaria da Segurança Pública emitisse uma credencial oficial para todos os membros do conselho.* Isso vem colaborar com a segurança, com quem é membro desse conselho. Tem o nosso apoio essa sugestão do grande líder Osvaldir Gomes.

Temos aqui o e-mail do Sr. João da Costa Dias: *Somos professores da rede pública estadual e gostaria de sugerir um projeto, que acreditamos ser de interesse da categoria dos professores, a carga horária do professor é de 20 horas, o professor tem que fazer dois concursos para ter condições para se manter, ou complementar com aulas extraordinárias. O fato é que, se o professor tem um padrão, é só um, e passando em um concurso o seu prêmio é ter o seu salário reduzido. O impacto é grande e injusto. Afeta a organização e a vida dos professores e de suas famílias.* Sua sugestão é que o professor que tenha feito um segundo concurso, que seja equiparado com o primeiro padrão, ficando esse professor com dois padrões nos mesmos níveis da tabela de vencimento, uma vez que é a mesma pessoa. Vamos pensar num projeto de lei para corrigir a injustiça que está praticada contra os valorosos professores do Paraná.

Temos aqui do Sr. Jeferson Nazário, presidente do SINDESP, que manda uma matéria sobre o anteprojeto do Roberto Requião, que quer colocar na rua mais de 6 mil e 500 vigilantes, que hoje fazem a guarda de prédios públicos. Nós continuamos, não apenas atendendo o SINDESP, mas insistindo aqui com o Governador Roberto Requião para que não tome essa medida desumana de tirar o emprego dos vigilantes.

O Requião quer dar um segundo emprego para o policial que já está aposentado. Ótimo! Mas, espera lá, dê esse emprego para os policiais irem combater os bandidos, a criminalidade. Para quê trazer o policial aposentado, que está na reserva remunerada, e tirar o emprego do vigilante? O Requião está errado! Por isso, a nossa postura, ilustre Presidente Jeferson Nazário, Presidente do SINDESP, nossa palavra para todos os vigilantes é de total apoio à garantia dos seus empregos.

Numa hora de crise, fico imaginando, se mais de 6 mil e 500 vigilantes perderem o emprego, forem jogados na rua pelo Governador Requião, onde é que eles vão arranjar outro posto de trabalho? Onde? Aqui no Paraná não! Infelizmente, essa é a realidade. Então, faço um apelo para que o Governador Requião retire desta Casa esse projeto desumano. É o projeto mais desumano que eu já vi em toda minha carreira política. O Governador quer tirar o emprego de quem está prestando serviço ao Paraná, que são os nossos vigilantes.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Presidente Nelson Justus, vamos falar sobre o SINDPREVS, sobre a greve na Previdência Social. Estamos recebendo da Dona Jaqueline Mendes Gusmão, que é diretora do SINDPREVS e que é do comando de greve, um manifesto. Lamentavelmente, o Governo Federal tapou os olhos, tapou os ouvidos, virou as costas para os servidores e servidoras da Previdência Social. Eles estão em greve. Talvez até constrangidos, porque sentimos que de um modo geral o servidor da Previdência Social gostaria de continuar no trabalho, não gostaria de estar de braços cruzados, mas, infelizmente, o autoritarismo, a prepotência que vem de Brasília fechou as portas. Não está havendo negociação, e o único e último caminho que restou a quem trabalha na Previdência Social, no INSS, foi a decisão pela greve.

Tomara que essa greve acabe logo. Basta o Governo do Presidente Lula ter o diálogo, ter o entendimento, e sentando todos na mesma mesa, representantes do Ministério e representantes dos servidores, não tenho dúvida que acaba saindo um acordo. Pode não ser tudo aquilo que o servidor está esperando, mas é o ideal a negociação, o entendimento, o diálogo.

Diz aqui o manifesto que a Jaqueline Mendes Gusmão está nos encaminhando:

(Lê):

GREVE NO INSS

Deflagrada em 16 de junho de 2009, a greve por tempo indeterminado dos servidores do INSS complete nesta data, 22 dias. Embora todo o esforço do Governo em desacreditar nosso movimento, seja através da negação da greve, seja através da criminalização com liminar no Superior Tribunal de Justiça, na mobilização e na luta conseguimos mantê-la firme e conquistando novas adesões todos os dias. Como é do conhecimento de todos, nossa greve não é por aumento de salário, mas por:

- 1) atendimento de 12 horas em dois turnos de seis horas;*
- 2) incorporação imediata das gratificações produtivistas;*
- 3) melhores condições de trabalho;*
- 4) contratação imediata dos aprovados no último concurso público.*

Esses são os itens principais e decorrem do descumprimento do acordo de greve firmado em 16 de julho de 2008 entre o Governo e os representantes dos servidores do INSS. Havia a previsão da criação de GT (Grupo de Trabalho) para discutir a carga horária de trabalho, entre outras coisas. Entretanto, a criação do GT não se cumpriu e culminou com a edição da Lei nº 11907 de 02/02/09, que determinou a carga horária de 40 horas. Vejam o que diz a cláusula quinta do Acordo: "As partes se comprometem também a criar GT - Grupo de Traba-

lho - sob a coordenação do MPS, composto por representantes do INSS, Ministério do Planejamento, Ministério da Previdência Social, Casa Civil e representantes das entidades signatárias para, a partir do mês de agosto de 2008, discutir e definir os critérios da implantação da avaliação de desempenho e jornada de trabalho para o conjunto de servidores do INSS. Como não houve o cumprimento do Acordo, os servidores do INSS, também sem exames médicos periódicos há mais de 15 anos, decidiram pela greve.

Estamos cientes de que qualquer greve causa prejuízos à parte da população e que a FENASPS - Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social tentou, até o último instante, demover o Ministério da Previdência Social de implementar essa nova jornada de trabalho de 40 horas quando, historicamente, há mais de 20 anos cumprimos a jornada de 30 horas semanais de trabalho.

Diante do exposto, solicitamos o vosso apoio na intenção de se buscar, junto ao Governo Federal, que se iniciem as negociações com o Comando de Greve da FENASPS, na busca de soluções para o encerramento deste movimento de paralisação.

Sendo isso o que se apresenta e aguardando o vosso apoio ao nosso movimento, na tentativa de encontrar soluções para esse conflito, subscrevemo-nos.

Com protestos de estima e consideração.

Curitiba, 08/07/09.

(a) JAQUELINE MENDES GUSMÃO

Diretora do SINDPREVS - Comando de Greve

Infelizmente esta é uma Assembleia Legislativa, que legisla sobre leis estaduais. Mas hoje é uma segunda-feira, tem vários Deputados Federais que passam por aqui. A nossa expectativa é que eles apoiem os servidores da Previdência Social, que querem voltar ao trabalho. O Governo não pode ficar irredutível, continuar prepotente. Ele tem que abrir o diálogo e o entendimento.

Deputado Nelson Justus, V. Exa. que tem força e o poder na mão, pode também ajudar a sensibilizar vários Deputados Federais, para que eles abram a cabeça daquelas autoridades de Brasília, para que eles respeitem os servidores da Previdência Social. Se eles fizeram um documento, um acordo, e colocaram uma assinatura, isso não vai valer nada, vai para o lixo? Daí a greve, que causa constrangimento aos servidores e servidoras da Previdência Social, causa prejuízo à população. Os servidores querem voltar ao trabalho. Mas para isso é importante que o Governo Federal restabeleça o diálogo, o entendimento e honre os compromissos firmados com os servidores da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, falar sobre um assunto, Deputado Nelson Justus, que interessa e envolve milhares, principalmente, de pequenos produtores e agricultores do nosso Estado. Esse assunto é o leite.

Ao assistirmos tevê ou lermos os grandes jornais, vemos as notícias estampadas, que culpam os nossos produtores de leite pelo aumento desse produto no mercado, como se ele fosse o grande vilão, ou grande responsável pelo aumento do leite nas prateleiras dos mercados e das panificadoras.

Fiz um levantamento, para que os Srs. Deputados possam ter algumas ideias. O produtor de leite tem “n” despesas, como silagem, feno, ração, pastagem, problemas e produtos veterinários, que muitas vezes não são consideradas. Vamos fazer um comparativo entre o custo de produção e o que o produtor recebe hoje. Em julho de 2007, a tonelada de ração, 20% era comercializada na nossa Região Oeste a R\$ 413,89. Essa mesma ração, comercializada agora em junho de 2009, foi para R\$ 667.

Vejam, Srs. Deputados, o aumento que houve na ração. Tenho aqui a planilha, mês a mês, de 2007 a 2008.

agora, vamos por um outro lado - o produtor de leite precisa também comprar sal mineral para que suas vaquinhas consigam produzir mais leite e melhorar o seu rebanho - em julho de 2007 a saca de 30 quilos de sal mineral era comercializada a R\$ 38,76. Em maio deste ano, esse mesmo sal mineral, estava sendo comercializado a R\$ 60,06.

Para fazer um comparativo entre o salário-mínimo para os produtores ou para a agricultura, em julho de 2007 o salário-mínimo era de R\$ 380, em maio deste ano o salário foi para R\$ 465.

Mas agora vejam os Srs. Deputados, o produtor de leite que vende o leite para os laticínios, que compram o leite e fazem o envasamento, seja longa vida ou mesmo aquele leite do saquinho plástico, ele, o produtor de leite, ganhou em janeiro 57 centavos; em fevereiro, 56; em março, 56; em abril, 56; em maio, 62 e agora que está recebendo o pagamento de junho a 72 centavos. Só agora em junho que ele vai receber o aumento.

Agora, vejam, o produtor de leite ganha 72 centavos, na minha região, em junho que está recebendo o cheque, hoje ou amanhã. Mas vejam quanto custa esse mesmo leite, como se fala aquele leite em saco plástico, ele pagava em janeiro deste ano, no mercado o leite estava sendo comercializado entre 70 e 80 centavos. Ele pulou no mercado, lá na minha região a R\$ 1,75. Mais do que dobrou o leite no mercado, ou seja, nas panificadoras, e o agricultor não. O agricultor recebe 70 centavos, em números redondos, e esse produto está sendo comercializado a R\$ 1,75 o pacote de leite, aquele saco plástico, e a longa vida está sendo

comercializado a R\$ 2,25. E o nosso agricultor recebia então, até o mês de maio, 62 centavos. Agora passa a receber 72 em alguns laticínios.

E é o nosso agricultor, o nosso produtor, que está sendo visto como o grande vilão, como o grande responsável, como ele estaria faturando muito em produzir leite. Pelo contrário. Com 70 centavos ele praticamente tira a despesa. Não tem lucro. Com 70 centavos o produtor de leite tem prejuízo, e não podemos aceitar que milhares e milhares de famílias em nosso Estado sejam acusadas como as responsáveis pelo aumento do leite na prateleira. O agricultor continua recebendo pouco. Alguém está ganhando muito. Quem está ganhando muito? Cabe, sim, acho que uma ação, uma fiscalização, e não colocar a culpa em cima do produtor do leite do nosso Estado, ou mesmo do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, o Deputado Duílio se submeteu a uma cirurgia e, pelo médico, ele deveria ficar mais de um mês em casa descansando, e o amor que ele tem, o respeito ao povo é tão grande, que com poucos dias está aqui de volta o nosso grande líder, Duílio Genari.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes de iniciar, gostaria de fazer uma referência e agradecer também a presença dos companheiros das creches e pré-escolas do Estado que está aqui. Um tema que diversas vezes viemos debatendo, a respeito das pré-escolas, que se não houver subvenção do Governo, obviamente podem fechar. Mas, esperamos que consigamos reverter o quadro, assim como a Deputada Rosane, que é Presidente da Comissão da Crianças e Adolescente desta Casa, que consigamos o apoio de todos os Deputados.

Não vou usar o Pequeno Expediente para debater esse assunto, porque acredito que a Deputada Rosane e a Deputada Luciana irão certamente buscar um encontro entre aqueles que estão na iminência de perderem os seus direitos e o Governador Roberto Requião, para tentarmos uma solução que possa contemplar a todos. Até porque entendemos que essas 300 crianças e educadores não poderão ficar sem ter uma resposta satisfatória. Obviamente, que essa resposta satisfatória vai depender muito daquilo que entenda o Governador e que entendam também aqueles que hoje dependem dessas creches.

O que sabemos é que o trabalhador, a trabalhadora, têm direito à creche, por lei, e não pode, na metade do

ano, a partir de agosto, procurar um local para colocar os seus filhos, até porque as creches não têm vagas desde o início do ano. Muito menos na metade do ano terão disponibilidades de vagas

Também não vou usar este horário para falar sobre a greve do INSS, porque já me antecedeu o Deputado Belinati. Quero apenas corroborar com alguns pontos dele, mas outros discordar. Entendo que, Deputado Belinati, o senhor esteve aqui na Audiência Pública realizada pela Deputada Luciana e sabemos que muita coisa mudou nesse período todo. Inclusive no que diz respeito a reajuste salarial. Tanto é que não há na pauta nenhum ponto que fale a respeito de reajuste salarial. Mas, em outros pontos concordo com o senhor, principalmente no que diz respeito às 30 horas. Trinta horas é um processo que foi feito a partir de um acordo na década de 80, com o Ministro Jarbas Passarinho, depois de uma greve de mais de 78 dias, que para que esses trabalhadores retornassem da greve houve uma proposta que eles cumpriram a jornada de 30 horas e não receberiam os valores pleiteados, do ponto de vista econômico. Então, entendo que é um assunto que deve ser debatido e acho que vamos fazê-lo a seu tempo. Espero que essa greve tenha resultado positivo.

Encaminhamos já ao Ministro e aos Deputados Federais o pedido feito aqui pelo sindicato, que tem a sua base em sua sede em Londrina.

O que me traz aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o requerimento que fiz no dia de hoje, em função de uma matéria que saiu na Gazeta do Povo do dia de ontem, e que já falei com o Presidente que me deu a resposta, mas estamos protocolando o pedido para saber se os Diários da Assembleias, de fato, podem ou não ser consultados na Casa, se estão disponíveis na nossa biblioteca. Se for verdadeira a informação contida na Gazeta do Povo da edição de 12 de julho, que os referidos Diários estão em processo de encadernação, portanto indisponíveis, se confirmada a informação anterior: data que foram encaminhados para a encadernação; empresa responsável pela encadernação; e data que os documentos encadernados retornarão para a Assembleia Legislativa. Se é tecnicamente possível, a disponibilidade dos Diários no site da Assembleia como já ocorre com proposições e outras informações de interesse da sociedade.

Faço isso até para que não paire nenhuma dúvida. Acho que esta Mesa tem buscado fazer, nesses últimos anos, um processo de transparência na Assembleia Legislativa, como não tivemos em tempos anteriores, sabemos que há uma herança de anos e anos, muitas vezes dificuldade de acessar determinadas informações. Eu mesmo fiz um pedido de informações aqui quatro anos, para sabermos quantos funcionários tínhamos na Casa. Só vim a saber, de fato, quando foi publicada recentemente a relação no Diário Oficial.

Então, acho que não pode pairar dúvida com respeito a isso. V. Exa. Presidente Nelson Justus, já me deu

algumas informações, mas estou protocolando este pedido, acho necessário que tenhamos, é necessário inclusive vir a esta tribuna responder de forma a não deixar nenhuma dúvida. A Assembleia tem disponibilizado hoje não só os nomes dos funcionários, mas tem disponibilidade, e a partir de agosto já estaremos fazendo isso, todos os valores que os Deputados estão gastando como estão gastando, aonde estão gastando, as notas fiscais. Acho que já temos condições, sim, já foi informado anteriormente, teremos condições, no Portal da Assembleia, de disponibilizarmos as informações que a Assembleia tem hoje, não só no Diário impresso, mas também por meio eletrônico, para que em qualquer lugar do mundo possa ser consultado.

Hoje temos a TV Assembleia, temos também o próprio painel que informa muito. Agora, é claro, quanto mais informações tivermos, mais informações serão procuradas. E para que tenhamos uma boa informação, acho que não podemos cair em nenhum paralelo, Sr. Presidente, em nenhum paralelo, não quero fazer aqui nenhum juízo, mas acho que nenhum paralelo! É obrigação e direito da imprensa perguntar? É obrigação e direito da imprensa perguntar! É nossa obrigação darmos respostas? É nossa obrigação darmos respostas! O que não podemos é deixar subentendido que determinadas coisas não estão bem explicadas.

Só queria fazer aqui apenas uma consideração: acho que o que acontece no Senado Federal, que aliás diga-se de passagem, há pouco o Presidente José Sarney revogou 663 atos, não da sua autoria, mas todos anteriores, e determinou que quem tenha recebido irregularmente que pague pelo que recebeu. Acho que não podemos traçar esse paralelo, porque induz as pessoas a acreditar em coisas que podem depois trazer uma grande confusão.

Então, para evitar qualquer tipo de dúvida, estou fazendo o pedido de informações. Sei que vou recebê-lo, diferentemente de outras oportunidades, porque por outras razões não era possível, e ao recebê-lo também quero dar ciência daquilo que vier nesse pedido de informações.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já vou aproveitar, Deputado Tadeu Veneri, não quero polemizar esse tema, até porque não vou admitir, em hipótese alguma, que alguém faça algum tipo de comparação com o que aconteceu no Senado e o que acontece aqui nesta Casa. Não há paralelo algum, então não vou admitir isso! Num primeiro ponto, num segundo ponto, aqui não existe ato secreto, nunca existiu e nem vai existir e, ora, isso é de uma burrice tamanha e de uma maldade incrível, para não dizer outra coisa, no momento em que buscamos a transparência como mote maior, e eu já me cansei de dizer que não recuo um centímetro, um milímetro dessa nossa reforma administrativa e dessa decantada transparên-

cia! Ora, e aí vai alguém inventar ato secreto! É só para a cabeça de quem está mal intencionado, e não vou admitir essa lama aqui para dentro desta Casa. Não temos absolutamente nada a esconder!

V. Exa. acabou de dizer, vamos publicar a relação dos funcionários da Casa, no site de V. Exa. está publicada a relação de todos os funcionários aqui da Casa e não há razão para esconder coisa alguma! Vamos publicar, sim, todos os atos publicados no Diário da Assembleia na internet, no Portal da Transparência. Ora, me admira muito a Folha de Londrina, no mesmo dia em que a Gazeta do Povo faz uma matéria maldosa, querendo estabelecer comparações, a Folha de Londrina colocou na edição uma matéria que cita Diários da Assembleia de 2008 e de 2009. Quer dizer: para uns é público e para outros é secreto. Ora aqui não vai se esconder absolutamente nada, não tem nada a ver com encadernação, com coisa nenhuma, nós vamos publicar tudo no Portal da Transparência, porque eu não vou esconder nada, porque não tem o que esconder.

Vamos publicar todas as verbas, os Deputados sabem disso, têm discutido conosco, esse Portal da Transparência, nós não fizemos em uma semana, nem em duas, nem em dois meses, nem três meses. Agora, querer vender jornal à custa do que acontece lá no Senado? Não vamos admitir, nem que tenha que entrar na Justiça! Porque estou colocando a minha biografia em jogo. Não vou admitir que se misturem as coisas. Aqui há transparência, não há ato secreto, e não temos do que nos evergonhar.

Portanto, tudo que nós colocarmos no Portal da Transparência é fruto de um trabalho que nós definimos. Não vou polemizar com jornalistas, não vou discutir, não vou dar entrevista a esse respeito, porque tenho dito isso há um bom tempo. Primeiro é uma coisa, daqui a pouco é outra. Onde é que vai acabar isso?

Podem ter certeza, Srs. Deputados. Deputado Tadeu Veneri, não existe ato secreto aqui, nem comparação com o que houve no Senado, e não temos razão para esconder absolutamente nada. Desde a verba de ressarcimento, do número de funcionários, de quem contratamos, de quem exoneramos, não vamos esconder nada. Eu já tomei essa decisão há muito tempo. Não adianta me provocarem com matérias de jornal, porque eu não vou mais ao alambrado discutir com a torcida.

V. Exa. encerre, por gentileza.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Acho que como V. Exa. mesmo colocou, é bom que deixe claro que a vossa resposta virá, o senhor falou, e fizemos o pedido de informações justamente por isso. Acho que não pode pairar nenhuma dúvida, e não vai pairar nenhuma dúvida, seja para quem for. Todas as vezes que houver necessidade vamos usar a prerrogativa que temos, e V. Exa. como sempre fez, irá nos responder com a prerrogativa que tem a Mesa.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Assembléia, publica o Diário da Assembléia. Se ele não fosse publicado, tudo que votamos aqui, todas as leis, todo o processo legislativo seria nulo. Todas as leis que votamos neste período, se não tivessem sido publicados, não teriam valor legal algum. No mesmo Diário da Assembleia que são publicados os pronunciamentos, os requerimentos, os projetos de lei, as leis aprovadas, também são publicados todos os Atos da Mesa, de admissão, de exoneração, todos os atos são publicados no mesmo Diário da Assembleia.

Só quero complementar em relação ao seu raciocínio, porque sinceramente, acho que o Parlamentar que estava na tribuna deveria ler os próprios pronunciamentos dele, no Diário da Assembleia.

É muito simples, estão nos gabinetes, é só as pessoas se atentarem para isso, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas para esclarecer, mas o Deputado Romanelli está equivocado em fazer uma crítica à minha pessoa. V. Exa. sabe porquê fiz o pedido de informações. Eu só estava dizendo ao Deputado Romanelli que não dá para escutar o sino bater em qualquer igreja e sair rezando por aí. Porque ele sabe muito bem porquê eu estou fazendo o pedido, e faz uma crítica maldosa e uma forma de provocação. Acho que não dá para passar isso.

O senhor sabe porquê fiz o pedido. Falei com V. Exa. antes. Não sei se o Deputado Romanelli está tentando ser mais realista que o rei, mas me perdoe, eu tinha que fazer esse registro, senão depois virá uma salada que não tem mais tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna nesta tarde para falar sobre dois temas. Na verdade, são temas curtos e objetivos. O primeiro deles, temos um grande problema na Região Norte de Curitiba, que é a Rodovia dos Minérios. A Rodovia dos Minérios tem causado grandes transtornos às pessoas que transportam suas economias, e às pessoas que precisam chegar a Curitiba e de Curitiba ir até Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Itaperuçu. Eu falava da grande reclamação que temos da Região Norte de Curitiba, para que se duplique a Rodovia dos Minérios. Sabemos que o Governo tem feito muito pela Região Metropolitana de Curitiba. Mas sabemos que a duplicação da Rodovia dos Minérios é prioridade absoluta, e sabemos também que se nos unirmos aqui, enquanto Deputados da

Região Metropolitana, e tivermos uma conversa com o Governador Requião no sentido de que ele determine a duplicação da Rodovia dos Minérios, sobretudo agora que estamos por discutir os títulos de Alagoas, onde o Estado poderá receber mais de 100 milhões, quem sabe ceder prioridade para a duplicação da Rodovia dos Minérios. É uma convocação que faço aos Deputados da Região Metropolitana, não são poucos, são muitos, e todos sabem da necessidade urgente urgentíssima de duplicarmos a Rodovia dos Minérios.

Outro tema, quero chamar a atenção do Instituto Ambiental do Paraná, a Secretaria do Meio Ambiente do Paraná, para que ela nos informe sobre a questão do lixo de Itaperuçu. Nessa sexta-feira estive no local vendo o que se pretende fazer de horrível para o meio ambiente colocando o lixo em cima do manancial freático daquele Município. Não quero acreditar que o que a população tenha me informado seja verdade, que aquela grande área, já adquirida pelo empresário, possa receber a licença ambiental para que se instale o lixo ali em Itaperuçu. Gostaria de convocar o Instituto Ambiental do Paraná, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, para que promovam uma Audiência Pública, ou para que esta Casa, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Cheida, faça uma convocação para promover uma Audiência Pública para discutirmos essa questão de Itaperuçu, aqui na Assembleia Legislativa, com os técnicos, para que possamos discutir com maiores detalhes essa questão do lixo de Itaperuçu. E evidentemente, teremos maior conhecimento daquilo que pretendem fazer naquele Município.

Sras. e Srs. Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado, Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, TV SINAL.

Quero me dirigir aos servidores que estão aqui acompanhando, no dia de hoje, esta Sessão. E mais do que acompanhando, solicitando a atenção especial dos Deputados e Deputadas, com relação às creches e escolas infantis. São creches e pré-escolas.

Já recebemos aqui um documento dos servidores, especialmente os servidores da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e também de outras Secretarias.

Esse documento revela que cinco escolas estão para ser desativadas. Escolas que funcionam há 29 anos, a que tem menor tempo tem 23 anos de funcionamento. São mais de 300 estudantes, filhos de servidores públicos que frequentam essas escolas, criadas com fundamento na Constituição Federal com fundamento da Constituição

do Estado do Paraná, com fundamento na Lei nº 6174/70, que é o Estatuto dos Servidores Públicos do Paraná. Têm amparo na LDB, funcionam há muitos anos e não poder ser fechadas.

O Governo, ao não renovar os repasses para essas unidades, elas vão morrendo por inanição e trazendo prejuízos enormes para esses estudantes que frequentam essas escolas.

O Governador consultou o Tribunal de Contas, que no Acórdão nº 474 de 2009, de maio deste ano, respondeu ao Governador que está previsto na Constituição Federal e na Constituição do Estado está previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná e está no orçamento do Estado, que a Assembleia votou em dezembro do ano passado, tem previsão legal, tem previsão constitucional e tem previsão orçamentária.

Por isso, estamos repercutindo aqui o pedido dos servidores e servidoras, que seus filhos não fiquem sem creche, não fiquem sem pré-escola.

Sabemos da importância que tem a educação infantil para as nossas crianças. Fazemos um apelo aos Deputados e Deputadas, e conversava com a Deputada Luciana, com o Deputado Tadeu e com outros Deputados, de montarmos uma comissão aqui. Conversei também com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, de irmos conversar com Governador, no sentido de levar a ele um requerimento nosso, assinado e apoiado por todos os Deputados, para que retomem o repasse a essas instituições.

Elas estão agindo na defesa do interesse público e, portanto, deve ter continuidade o seu funcionamento.

Não podem ser fechadas, porque essas crianças ficarão sem escola na metade do ano.

Por isso, fazemos um apelo, nós que somos a favor de abrir escolas e jamais de fechar, e sabemos que inclusive as empresas privadas têm a obrigação de garantir creche aos filhos dos trabalhadores e trabalhadoras, e o Poder Público também tem essa obrigação constitucional e deve fazê-la, devemos ampliar a oferta e não diminuir e acabar com a oferta aos filhos dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Portanto, o Roberto, que está aqui, justamente com a Maria Auxiliadora e com várias servidoras e servidores do Estado, estão exercendo o seu direito de reivindicar.

Parabéns! Estamos junto nessa luta!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, mais uma vez esta Casa foi palco de um grande debate na manhã de hoje. Desde já quero agradecer ao Presidente do PMDB, o Waldyr Pugliesi; ao

Presidente do PCdoB, o Milton; à Presidente do PT, a Gleisi Hoffmann; a todos os dirigentes que aqui vieram, a nível nacional e estadual; à Federação dos Petroleiros; à Associação dos Trabalhadores Aposentados da PETROBRAS; à Central Única dos Trabalhadores; às Federações dos Trabalhadores, que aqui estiveram; e aos Deputados que aqui estiveram, como a Deputada Luciana, os Deputados Tadeu, o Jonas Guimarães, Ademir Bier, todos os Parlamentares e toda a imprensa presente e as lideranças que aqui estiveram prestigiando esse evento em defesa da PETROBRAS.

Sr. Presidente, nós temos, em função dos dados técnicos, das falas, por exemplo, do Presidente da ANP, o Aroldo Lima, temos uma segunda chance na República de transformarmos o País em uma grande Nação. Sobre os recursos do pré-sal ainda a serem explorados, já há a clareza, a decisão e a certeza técnica de que pelo menos temos em torno de 90 bilhões de barris de petróleo. Seremos, sim, a quarta Nação em quantidade de produção de petróleo no Mundo. E ficou claro nessa discussão, nesse debate político e técnico que tem que haver uma ampla mobilização nacional para que o marco regulatório seja alterado a nível nacional. A lei que regula a exploração de petróleo foi alterada no ano de 1997, no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Das ações da PETROBRAS, 60% são de domínio de terceiros, elas foram vendidas. No mundo, os Países que têm petróleo, em média têm 84 e 85% de domínio público, e se permitirmos do jeito que está a legislação, a extração do óleo do pré-sal poderá reverter a maioria do lucro para o setor privado. Portanto, não é estratégico deixar dessa forma para o País, para a Nação. Os lucros advindos do petróleo deverão ser investidos na Educação, na Saúde, na distribuição de riqueza para o Município e para os Estados.

Portanto, ficou muito claro, nesta manhã de hoje, tanto pelas falas técnicas dos dados apontados pelo Aroldo Lima, como pelos representantes dos partidos políticos e dos representantes dos trabalhadores, ficou evidente que o País, em função da quantidade de petróleo descoberto na camada do pré-sal, temos a segunda chance de transformarmos o País em uma grande Nação.

Existe todo um interesse internacional e terá pressões, certamente internacionais, no sentido que a legislação não mude, que o Marco Regulatório não mude. Por isso esta Casa Sr. Presidente, já faz movimento criando uma Frente Parlamentar em Defesa do Petróleo e do Pré-Sal, e recomendando que os partidos políticos que tenham interesse recomendem aos seus Vereadores, os Municípios, que também façam esse debate. É fundamental, é um tema da maior relevância do País, sem sombra de dúvida.

Segundo Aroldo Lima, essa descoberta do pré-sal é a maior descoberta dos últimos 30 anos no planeta.

Veja só a relevância que isso tem e a importância, do ponto de vista econômico e social para o País. Agora, é preciso que o País tenha a visão soberana, que consiga alterar a forma de explorar o petróleo, transformando o petróleo em riqueza para o povo brasileiro.

Portanto nos próximos quatro, cinco, 10 anos, é fundamental que se altere o Marco, que se utilize o dinheiro do petróleo para melhorar a vida do povo do País.

Já tivemos a decisão acertada do Presidente Lula, quando descobriram o petróleo do pré-sal e suspenderam os leilões, e isso é fundamental já para discutir a forma de regular para que possamos explorar o petróleo e ter o domínio da maioria das ações da PETROBRAS. Isso vai ser um processo de negociação, acredito, duro, mas a sociedade brasileira precisa participar disso, porque eu fico imaginando o lobby que será muito forte no Congresso Nacional, dos interesses privados que estão em jogo, mas esse jogo precisa ser jogado junto com o povo brasileiro, junto com a sociedade organizada, junto com aqueles que defendem o interesse do Estado, da Nação, junto daqueles que defendem o interesse do País, no sentido de usar a riqueza do petróleo a favor do povo brasileiro.

Portanto, esta Casa, de acordo com o encaminhamento de hoje de manhã, criará uma comissão de Parlamentares, onde os partidos políticos indicarão os seus representantes para que possamos fazer uma articulação com os partidos, com as entidades representativas, para fazermos esse grande debate estadual e nacional, haja vista que o interesse nacional que está em jogo no sentido de melhorar a situação de vida do povo brasileiro, porque certamente é uma descoberta que vai diminuir a miséria e a fome, mas para isso é necessário que a maioria dos recursos do petróleo seja de domínio da União.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das lideranças. Bloco PPS/PMN. Democratas.

(Declinam)

Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença do Prefeito de Indianópolis, Sr. Ariovaldo, juntamente com o seu assessor José Luiz a pedido do Deputado Jonas Guimarães. E de igual maneira o Vereador de Palotina, Sérgio Luiz Siviniani, a pedido do Deputado Scanavaca.

Com a palavra Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, senhoras e senhores, telespectadores.

Venho a esta tribuna para tratar de dois assuntos, e tentarei fazê-lo de uma forma bem sucinta, bem breve, Srs. Deputados. Há alguns dias, duas ou três semanas, ocupei esta tribuna e me utilizei do polêmico caso daquele assassinato que aconteceu no nosso Litoral, que passou a ser conhecido como o crime d Morro do Boi. E me utilizando daquela tragédia levei, tanto os telespectadores como os nobres Pares, a uma reflexão, onde argumentei para aquelas pessoas que ainda, em pleno século XXI, defendem a instituição da pena de morte como uma alternativa para se extinguir definitivamente a criminalidade do País. Fiz o comentário de que, no meu entendimento, estaríamos retrocedendo para o século XIX, onde a nossa Pátria, inclusive, já teve pena de morte, e dei como exemplo a execução do mártir Tiradentes. Enfatizei o meu posicionamento, como também o do Partido Republicano Brasileiro, do qual sou Presidente, ser terminantemente contra. Na ocasião falei também sobre a preocupação de que, em determinadas situações, um pré-julgamento, é óbvio, acaba sendo equivocado. E, determinadas decisões, acabam sendo irreversíveis, no caso da pena de morte.

No caso do crime do Morro do Boi se existisse a pena de morte, depois de executado não se tem como trazer de volta a vida da pessoa que já foi condenada. Também foi falado das avalanches de indenizações que se desencadeiam contra o Estado, e o resultado disso é: nós que pagamos os impostos, que pagamos a conta.

Apenas para que V. Exas., principalmente os Deputados que fazem parte da base do Governo, tomem conhecimento de que, às vezes, essas falhas em determinadas decisões ou ações, acabam desencadeando despesas ao Estado, a nós contribuintes.

Fui procurado por um cidadão, que em 1989 cumpriu pena, não devendo mais nada para a sociedade. Sem entrar no mérito do crime que cometeu esse cidadão, ele estava andando nas ruas de Curitiba, isso depois de bastante tempo já cumprida a pena, e recebeu voz de prisão de um grupo de policiais, porque ainda consta que ele estava foragido. Volto a repetir que ele já tinha cumprido a pena e não devia mais nada para a sociedade. Segundo o relato dessa pessoa, ela contou que quanto mais tentava justificar que havia ali um equívoco, mais apanhava da Polícia, porque achavam que ele estava zombando das autoridades. Em 1989 ele recebeu a condicional e, posteriormente, o alvará de soltura, a VEP tinha dado por extinto o seu processo. Só que, não sabe-se quem, a responsabilidade de quem, o comunicado da baixa desse processo, que o processo tinha ido à extinção, não foi dado às autoridades. E foi ele preso mais uma vez, apanhou da Polícia. Ele, que já está regenerado, não deve mais nada para a sociedade. Ele estava doente, estava enfermo. Ele tentou comunicar isso aos policiais. Ele falou: “Olha, não devo mais nada para a sociedade, inclusive, estou doente.” Segundo relata, quanto mais tentava se justificar, mais apanhava da Polícia. Resumo da situa-

ção: além de ter apanhado, além de ter raspado sua cabeça, além de terem humilhado esse cidadão, só depois que foi testificado que realmente ele já havia cumprido pena é que ele foi liberado.

É óbvio que isso renderá ao Estado mais outro processo indenizatório, como também a conclusão desse caso do Morro do Boi. Um dos dois elementos, o que for inocentado, entrará com ação contra o Governo, e nós, contribuintes, é que, infelizmente, teremos que pagar essa conta mais uma vez.

Por que trago esse assunto à baila? Porque, segundo informações oferecidas pelo advogado que cuida desse caso, não é a primeira vez que isso acontece, Dr. Batista. Com uma certa frequência esses equívocos, esses gastos, têm se repetido em nosso Estado.

Então, fica aqui o meu alerta para aqueles que são defensores do atual Governo, para que se apure essa situação, porque ao fim deste Governo a conta se perpetuará para que os paranaenses paguem essa despesa. Essa é o primeiro assunto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O segundo assunto diz respeito à Mesa Executiva desta Casa. Sr. Presidente, é praticamente uma questão de ordem com respeito a um requerimento que este Parlamentar fez. Faço coro à Oposição, Deputado Valdir Rossoni, Deputado Traiano, que muitas vezes reclamam que determinados pedidos de informações, por mais que muito bem elaborados, nem sempre são respondidos. No dia 06 de abril, foi aprovado por esta Assembleia Legislativa um pedido de informações. No dia 16 de abril, foi protocolado. Então, se deu início à contagem regimental de 30 dias para que o Secretário da Saúde desse uma informação com respeito a um hospital que fica aqui na Região Metropolitana, mais precisamente na região de Piraquara.

Fui procurado por uma pessoa do Estado do Paraná, que me questionou o porquê daquela grande estrutura do hospital de Piraquara não ser utilizado como um grande centro hospitalar, para desafogar toda Região Metropolitana. O primeiro questionamento que fiz é se aquela instituição, se toda aquela estrutura pertence ao Estado ou não. Para isso tenho que me fazer valer das minhas prerrogativas regimentais, como Parlamentar, para receber essas informações oficiais, para que então possa se fazer um trabalho em torno dessa ideia, que particularmente achei brilhante, se for possível. Infelizmente, não recebi, até a presente data, Sr. Presidente, nenhuma informação.

Quero deixar bem claro que não estou aqui para ficar cutucando o Governo, nem ironizando o Governo, nem dando trabalho ao Governo, mas quero saber dessas informações, porque, de repente, surge aí uma ideia simples e viável para que se crie um mecanismo onde toda Região Metropolitana passe a ter uma forma de acesso à saúde viável, inteligente e digna para todos. Então, fazendo uso do Regimento Interno, Sr. Presidente, que diz no artigo 55 que a pessoa do Sr. Secretário em questão, Secretário da Saúde, após 30 dias, seja responsabili-

zado por não ter prestado as devidas informações. A ele seja imputado o crime de responsabilidade.

Então, é a questão de ordem que faço a V. Exa., deixando o registro porque preciso dessas informações.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, Deputado Pastor Edson, cabe a questão de ordem de V. Exa. Temos aqui o Ofício nº 1181, protocolado sob o nº 4586, foi enviado ao Sr. Secretário da Saúde, a respeito de investimentos no Hospital de Dermatologia Sanitária do Estado do Paraná, em 2007 e 2008. Até amanhã estaremos enviando um ofício do Presidente da Assembleia reiterando ao Secretário da Saúde o porquê da não-resposta desse ofício, desse pedido de informações, até porque não tem razão alguma, ao meu modo de ver, do Secretário não responder esse ofício. Mas, já combinamos aqui com a nossa assessoria, para que eu firme ainda hoje e amanhã esse processo, esse novo requerimento, vá até o Secretário. Se isso não ocorrer, falaremos pelo telefone, o Líder do Governo, alguém tem que interferir para que isso não ocorra. Cabe perfeitamente a questão de ordem de V. Exa.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço, Sr. Presidente, e nada mais tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PP; PT; PSDB; PDT; PMDB; Lideranças do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinam)

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença do Deputado André Vargas que, embora sem a gravata, circula pelo nosso plenário, por uma deferência especial a um ex-Parlamentar e um grande amigo de toda esta Casa.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 812/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Criança e da Juventude, a construção de Centro da Juventude no Município de Colombo. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 3498, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Jocelito Canto, Dobrandino da Silva, Caíto Quintana e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 14/07/09 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei nº 304/09 - Mensagem nº 044/09, e Projeto de Lei nº 354/09 - Mensagem nº 052/09. **Recebido; protocole-se; decorrido o prazo regimental de 24 horas, incluir na Sessão Plenária para deliberação. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3500, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente, requerendo licença para tratar de assuntos particulares no período de 15 a 28 de julho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3433, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, requerendo que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 792/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Herdeiros da Vida, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 792/07
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Herdeiros da Vida, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/07/09.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 021/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Coronel Vivida. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 206/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Coronel Vivida, de imóvel constituído pelos Lotes nºs 08 e 09 da quadra 01, que somam 928,00 m2, naquela Cidade, sob as Matrículas nºs 6918 e 6919, do Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida.

Art. 2º o imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de Serviços Públicos Municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade, em toda ou em parte.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/07/09.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 269/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Agroecológico - IA, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 269/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Agroecológico, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/07/09.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 240/09, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de utili-

dade pública estadual a APD - Associação Profeta Daniel, com sede e foro no Município de União da Vitória. **Aprovada. (Publ. no DA nº 051/09, de 19/05/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 248/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria o Dia Estadual das Nascentes a ser comemorado no dia 29/07 de cada ano. **Aprovada. (Publ. no DA nº 054/09, de 26/05/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 318/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 562/09, que altera a denominação do cargo de Corregedor Adjunto, estabelecida na Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, passando a designar-se de Corregedor, e adota outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 068/09, de 23/06/09, em Ofícios).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 014/09, de autoria da Comissão Executiva, que altera o parágrafo 2º, do artigo 33, inclui inciso ao parágrafo 6º, do artigo 51, e revoga o inciso XXIII, do artigo 18, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 095, de 26/02/98 e alterações posteriores;

II - decidir os recursos interpostos contra suas decisões;

III - manifestar-se quanto à perda de mandato de Deputado, nos termos do inciso V, do artigo 251, deste Regimento;

IV - manifestar-se quanto ao mérito das proposições que disponham sobre:

a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios;

b) transferência temporária da sede do Governo;

c) organização dos Poderes do Estado;

d) Ministério Público;

e) intervenção nos Municípios;

f) organização e divisão judiciária;

g) alteração de códigos;

h) declaração de utilidade pública de entidades civis.

V - propor, através de Projeto de Resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça;

§ 2º - A. Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma Proposição, a sua tramitação será interrompida e a proposição encaminhada à Mesa Executiva, para arquivamento, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo recurso do autor a própria Comissão, no prazo de 03 (três) dias contados da data da publicação do parecer no veículo oficial de divulgação dos atos do Poder Legislativo ou da notificação pessoal do autor;

§ 2º - B. Da decisão da Comissão de Constituição e Justiça caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa no prazo de 02 (dois) dias contados da data da publicação do novo parecer no veículo oficial de divulgação dos atos do Poder Legislativo ou da notificação pessoal do autor;

§ 2º - C. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário da Assembleia, a proposição será tida como definitivamente rejeitada e, em sendo acatado o recurso a proposição será encaminhada à próxima comissão pertinente ou ao Plenário;

§ 2º D. Quando se tratar de emendas declaradas inconstitucionais, é vedada a concessão de vista por ocasião da discussão e votação do recurso apresentado pelo autor e o relator, designado para emissão do parecer ao recurso, deverá exarar-lo na primeira reunião subsequente ao recebimento dos autos.

§ 2º E. Verificado o não cumprimento do prazo previsto no parágrafo anterior, deverá o Presidente da Comissão, na mesma sessão, designar novo relator para emissão do parecer na primeira reunião subsequente ao recebimento dos autos.”

Art. 2º Fica revogado o inciso XXIII do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/07/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/09, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, que

altera a redação da Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 146777/05 (Título de Cidadão Honorário e Benemérito). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (ANEXO PROJETO Nº 337/08). APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o substitutivo geral. Aprovado o projeto.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública o Sistema Integrado de Resgate Mauá da Serra - SIRMAS, com sede e foro no Município de Mauá da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira - ADESOBRAS, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/08, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de parte de imóvel situado no Município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de lote urbano ao Município de Marilena. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel situado no Município de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/09, que autoriza

o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel no Município de Santa Isabel do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/09, que autoriza a doação de imóvel ao Município de Lidianópolis, de área com 2.400 m2 no perímetro urbano desse Município, constituída pelos lotes nºs 5-B e 8-B-1, matrícula nº 27.111, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Ivaiporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/09, que autoriza a doação, ao Município de Guaraniaçu, do lote urbano nº 35 da quadra nº 8, com 532 m2 contendo edificação, sob matrícula nº 2962, do Registro de Imóveis da Comarca de Guaraniaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/08, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 15750, de 27/12/07, que estimou receita e fixou despesa para o exercício financeiro de 2008. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 037/08, de 23/04/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 169/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar o item B do anexo III da Lei nº 15750 de 27/12/07, mudando a denominação de um grupo de atividades da Secretaria de Estado da Saúde de aquisição e controle de compra do leite das crianças para recuperação de deficiência nutricional de crianças gestantes e nutrízes. Isto porque a denominação atual não indica a exata dimensão das atividades englobadas e envolvidas constantes no detalhamento do programa de trabalho, de que trata o anexo III da lei citada.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa modificar a Lei Estadual nº 15750/07, de iniciativa do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2008. A legitimidade para legislar quanto a presente matéria encontra-se definitiva na Constituição Estadual, conforme segue:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

Assim, cumpre ressaltar que quando se trata de alteração legislativa, para verificarmos a legitimidade do projeto de lei, deve-se aferir, inicialmente, de quem é a competência para legislar.

Deste modo, como no referido caso, o Governador de Estado possui competência para iniciar o processo legislativo, conforme determina os preceitos da Constituição Federal acima mencionados, conclui-se, por conseguinte, que também detém competência para modificar a lei que ele próprio elaborou.

Além disso, a alteração pretendida visa apenas alterar a especificação da finalidade a ser dada à importância disponibilizada. O valor a ser destinado é o mesmo, porém, ao alterar a especificação de aquisição e controle de compra do leite das crianças para recuperação de deficiência nutricional de crianças gestantes e nutrízes o legislador dá uma abrangência maior às atividades exercidas pela Secretaria de Estado da Saúde, adequando o texto legal à função atualmente já exercida.

Cabe também observar que ao alterar a especificação da destinação da verba, o proponente do projeto de lei em análise está dando atribuições à Secretaria de Estado da Saúde. Uma vez que o projeto foi proposto pelo Governador do Estado, não há óbice quanto a sua iniciativa. Isto porque, de acordo com o artigo 66 da Constituição Estadual, são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre as atribuições das Secretarias:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que diponham, sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração pública (grifo nosso).

Ainda, uma vez que o projeto em tela visa alterar uma lei existente, devemos observar a Lei Complementar Federal nº 095/98, que trata da elaboração legislativa. Tal lei prevê, em seu artigo 12, justamente o caso de alteração usado no projeto em análise, ou seja, que a alteração legislativa pode ser feita mediante substituição do dispositivo alterado:

Art. 12 A alteração da lei será feita:

(...)

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

Ocorre que a própria Lei Complementar nº 095/98 também estabelece, em seu artigo 9º, que a cláusula de revogação deve enumerar expressamente as disposições revogadas:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (grifo nosso).

O projeto de lei em análise determina, em seu artigo 2º, que serão revogadas as disposições em contrário. Desta forma é necessária a adoção de uma emenda supressiva com o objetivo de suprimir a última parte do artigo e, assim, sanear o vício apresentado.

Conclusão

Diante do acima exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma da emenda supressiva em anexo, com o objetivo de sanear o vício apresentado.

Sala das Comissões, em 07/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 169/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 2º e 141, II, fica suprimida parte da redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 176/08, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 07/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 169/08

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 014/08, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta *alterar dispositivos da Lei nº 15750, de 27/12/07, que estimou receita e fixou despesa para o exercício financeiro de 2008.*

A alteração pretendida justifica-se diante da constatação de que a denominação atual do grupo de atividades da Secretaria de Estado da Saúde com o código 4760.10306141.861 com a especificação “Aquisição e Controle de Compra do Leite das Crianças” - não indica a exata dimensão das atividades englobadas e envolvidas constantes nos respectivos “Detalhamentos do Programa de Trabalho” indicado no anexo III da mesma norma, passa a ter a seguinte denominação, código 4760.10306141.861 - especificação “Recuperação de Deficiência Nutricional de Crianças Gestantes e Nutrízes.”

Os recursos destinados serão os mesmos, como indica o artigo 1º do presente projeto de lei.

É o parecer.

Da Fundamentação do Parecer

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade na forma da emenda supressiva, sendo aprovado por unanimidade.

O projeto de lei em análise visa modificar a Lei Estadual nº 15750/07, de iniciativa do Poder Executivo, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2008. A legitimidade para legislar quanto a presente matéria encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme segue:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

Deste modo, como no referido caso, o Governador de Estado possui competência para iniciar o processo legislativo, conforme determina os preceitos da Constituição Federal acima mencionados. Conclui-se, por conseguinte, que também detém competência para modificar a lei que ele próprio elaborou.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08/07/09.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3487, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 169/08.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/08, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de utilidade pública a Congregação Espiritual Paz e Amor Mãezinha Laura Antonia com sede e foro no Município de Araucária/PR, e foro no mesmo Município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Anexo Projeto de Lei nº 245/09). **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/08, de 30/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI Nº 289/08**

P A R E C E R :

Preâmbulo

Os presentes projetos de lei objetivam declarar de utilidade pública a Congregação Espiritual Paz e Amor Mãezinha Laura Antonia, sediada na municipalidade de Araucária, a qual tem como finalidade a realização de estudos de todas as manifestações espíritas e suas aplicações dentre o da ciência, religião e filosofia; bem como prestar assistência social gratuita àqueles que necessitam de amparo médico, dentário, alimentar, cultural, jurídico, de moradia e vestuário.

Fundamentação

Atendendo as atribuições dispostas no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como da técnica legislativa abarcadas por este projeto de lei. Desta feita, considerando-se que o projeto, ora em análise, está em plena consonância com o disposto na Lei nº 6994/78, posteriormente alterada pela Lei nº 8589/87, não há que se falar em empecilho que obste sua normal tramitação.

Ressalte-se, ainda, quanto à técnica legislativa, que há plena conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em face do exposto, somos de análise favorável à sua regular tramitação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que estabelece sanções aos estabelecimentos comerciais que vendam à manores cigarros e bebidas alcoólicas e outros, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP E CICT. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/09, de 30/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI Nº 109/09**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 109/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk que estabelece sanções aos estabelecimentos que vendam à menores cigarros e bebidas alcoólicas e outros, conforme específica.

Lei Federal já veda a venda de cigarros e bebidas alcoólicas a menores.

E notório que muitos estabelecimentos desrespeitam a norma e esta atitude não pode ser tolerada pelo

Estado sob pena de estar sendo solidário como tamanha violação.

Dentro das suas competências, cabe ao Estado do Paraná, contribuir no combate mais esta ilegalidade.

A matéria é de competência do Estado do Paraná, a iniciativa pode ser dos Parlamentares, portanto, encontra guarida constitucional para seguir seu trâmite regimental na Assembleia Legislativa do Paraná.

A matéria precisa de cuidados a regulamentação para assegurar sua efetividade mas o próprio autor diz que o Estado deverá regulamentar.

Por outro lado, está em aberto o prazo da regulamentação.

A assessoria técnica opinou pela constitucionalidade da proposição.

Acolhe-se o parecer técnico da assessoria para que seja dado seguimento ao trâmite regimental da proposição.

Para dar efetividade à norma, propõe-se emenda modificativa ao artigo 2º para determinar que a regulamentação ocorra no prazo de 60 dias da publicação da lei.

O parecer é pela constitucionalidade do projeto de lei com a emenda modificativa proposta.

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 109/09**

Modifique-se o artigo 2º do Projeto de Lei nº 109/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk que estabelece sanções aos estabelecimentos que vendam à menores cigarros e bebidas alcoólicas e outros, conforme específica para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias.”

Sala das Comissões, em 19/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 109/09**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 109/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, trata da instituição de sanções a estabelecimentos comerciais que vendam cigarros, bebidas alcoólicas e produtos que possam causar dependência química e psíquica, a menores.

Em sua justificativa o autor destaca a intenção de proteger as crianças e os jovens paranaenses em relação aos malefícios que causam as bebidas alcoólicas, o cigarro e outros produtos que causam dependências, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No que concerne ao âmbito desta Comissão asseguramos que estão presentes os requisitos que asseguram a relevância do projeto, vez que toda ação destinada ao controle da comercialização destes produtos a menores é determinante para a segurança de nossos jovens, principalmente ao se estabelecer sanções concretas a comerciantes que vendam tais produtos a menores.

Portanto o parecer desta Comissão de Segurança Pública situa-se no campo da regularidade da proposição apresentada, estando presentes todos os requisitos pertinentes a esta comissão, por todos os motivos expostos, opinando-se favoravelmente ao projeto analisado.

Salvo melhor juízo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30/06/09.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 109/09**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, estabelece sanções aos estabelecimentos comerciais que vendem cigarros e bebidas alcoólicas à menores. Após parecer da Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão é chamada a se manifestar com relação à matéria.

O projeto em questão é meritório, pois a comercialização de produtos que causam dependência química e psíquica em adolescentes é ilegal e alguns estabelecimentos não respeitam as normas legais. Faz-se necessário definir penalidades.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01/06/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

OSMAR BERTOLDI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/19, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Saburo Sugisawa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (VOTAÇÃO NOMINAL). (Publ. no DA nº 031/09, de 07/04/09, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 137/09**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Saburo Sugisawa.

Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13115 de 14/02/01 alterada pela Lei nº 14677 de 06/04/05.

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º - Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. No mesmo sentido, conforme a justificativa do projeto, prova-se que os requisitos solicitados pela lei foram atendidos.

Ainda, verifica-se que conforme documento anexo, a presente proposição encontra-se dentro da quota de oito projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

Conclusão

Assim, diante da legalidade do presente projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em discussão. Em votação.

O Deputado Nishimori não está presente? Deixamos de votar o projeto devido a ausência do autor.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Eu faço um apelo a V. Exa.: o Deputado Nishimori não pôde estar presente. Solicitou-me para que pedisse a V. Exa. que colocasse em votação o seu projeto no dia de hoje, que é de interesse do próprio Deputado, e haverá alterações a partir do início de agosto com relação a título

de Cidadão Honorário. Por esta razão faço um apelo para que o projeto seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concordo e solicitaria que V. Exa. por gentileza, lesse a justificativa do título ou pelo menos alguma coisa para que pudéssemos votar, até para sabermos alguma coisa do Sr. Saburo Sugisawa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

(Lê):

O Sr. Saburo Sugisawa, nasceu em 16 de outubro de 1934, na Província de Miyagi Ken, no Japão, e em 1937 imigrou para o Brasil com seus três irmãos, sendo que durante a viagem sua irmã faleceu no navio. Seus pais tiveram cinco filhos.

Instalaram-se em uma fazenda em Santa Cruz do Rio Pardo - SP, e depois mudaram-se para Marília, também no Estado de São Paulo onde aos 12 anos trabalhou numa fiação de seda e mais tarde numa loja de calçados e à noite se dedicava aos estudos. Em 1957 foi aprovado em Medicina no vestibular da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Antes da aprovação no vestibular, ele conheceu sua futura esposa, Kikue Sakai, sua incentivadora e companheira nestes últimos 50 anos. Tem três filhos, sendo todos médicos.

Em 1962 graduou-se em Medicina pela UFPR com especialização em cirurgia geral e do aparelho digestivo.

Em 1969, em consequência do atendimento aos descendentes da colônia japonesa, o Governo do Japão agraciou-o com uma bolsa de estudos no Instituto do Câncer de Tóquio, onde adquiriu conhecimentos e o aparelho de endoscopia digestiva, implantando o primeiro serviço de endoscopia digestiva da Capital paranaense, na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Graças a este serviço foi possível o diagnóstico precoce do estômago.

Trouxe seus pais e irmãos para Curitiba, onde ajudou na sua formação universitária. Desde cedo acalentava com seus pais um sonho, o de construir um hospital, onde todos os seus ideais de ética, trabalhos em equipe, caridade e profundo respeito ao ser humano pudessem ser colocados em prática.

Em 1988, inaugurou a Clínica Sugisawa, com uma área física de 750 m2.

Em 2000, foi feita a primeira ampliação para uma área de 1mil e 250 m2.

Inicialmente o corpo clínico era formado majoritariamente por membros da sua família: irmãos, filhos e sobrinhos, todos espelhando-se na sua pessoa.

E, em 2007, foi inaugurado o centro Médico-Hospitalar Sugisawa, com 14 mil m2, composto de cinco edificações:

1) Edificação 1, com 9 pavimentos, comportando o Hospital Sugisawa (composto de 95 leitos, 16 leitos de Unidade de Terapia Intensiva, 5 salas de cirurgia de grande porte e Serviço de Hemodinâmica), o Serviço de

Endoscopia Digestiva e o Serviço de Diagnóstico por Imagem (onde são realizados exames de ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia, raios X, mamografia e densitometria mineral óssea).

2) Edificação 2, com quatro pavimentos, comportando 60 consultórios, abrangendo mais de 20 especialidades e diversos serviços, como por exemplo, o Serviço de Medicina Nuclear e o Serviço de Cardiologia.

3) Edificação 3, com três pavimentos, abrangendo os serviços de apoio (central de material, farmácia, cozinha e lavanderia).

4) Edificação 4, com três pavimentos, abrangendo a administração, faturamento e central de guias.

5) Edificação 5, com três pavimentos, abrangendo o pronto-atendimento 24 horas, unidade de dor torácica e unidade coronariana.

6) Estacionamento ocupando dois subsolos.

Atualmente este centro está capacitado para atender centenas de médicos e milhares de pacientes diariamente, sempre seguindo os ideais do Dr. Saburo Sugisawa.

Cargos ocupados e atuais:

- Professor de Clínica Cirúrgica da Universidade Federal do Paraná.

- Chefe do Departamento de Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- Chefe e Professor da Disciplina de Clínica Cirúrgica do Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- Diretor Clínico do Centro Médico-Hospitalar Sugisawa.

Diante do exposto do excelente currículo desse japonês, criado no Brasil e que escolheu o Paraná para morar, formar e criar sua família é que proponho título de Cidadão Honorário do Paraná, mais que justificado para tão exemplar profissional da Medicina paranaense e brasileira.

Conto assim com o apoio dos demais Parlamentares para sua aprovação.

Portanto, quero crer que com esta justificativa estamos em condições de votar este título a esse ilustre paranaense, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Apenas solicito aos Srs. Deputados que, por gentileza, tomem assento. Aqueles que forem favoráveis à concessão do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Saburo Sugisawa, votam com a expressão SIM. Aqueles que forem contrários, votem com a expressão NÃO.

Votando, Srs. Deputados. Vai se proceder à apuração: 36 Srs. Deputados presentes; 35 votaram com a expressão SIM.

Está portanto, **aprovado** o item 20 da pauta.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/09, que objetiva

a criar Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná, destinada a condecorar militares estaduais e federais, civis e instituições que tenham se destacado por relevante participação nas atividades de defesa civil. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/09, de 28/04/09, em Mensagens.**

COMISSÃO DE CONSTITUÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 187/09

P A R E C E R :

I - Relatório

O Projeto de lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo, objetiva criar Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná, destinada a condecorar militares estaduais e federais, civis e instituições que tenham se destacado por relevante participação nas atividades de Defesa Civil.

Em sua justificativa o autor sustenta que *durante muito tempo, as ações de Defesa Civil foram associadas apenas à coleta e distribuição de alimentos e remédios e ao repasse de verbas em áreas atingidas por desastres. A própria participação dos cidadãos ocorria apenas nestes momentos. Hoje, a atuação da Defesa Civil se ampliou, aumentando a participação dos entes públicos e da sociedade em geral, posto que se faz imperioso o desenvolvimento de um plexo de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.*

No desenvolvimento de todas essas fases encontramos pessoas cuja atuação vai muito além do senso comum ou do próprio cumprimento do dever, pessoas movidas por um sentimento solidário e fraternal que faz com que o indivíduo abra mão da segurança e do conforto e se doe em prol do bem estar de um irmão flagelado.

Ser solidário é entender a sociedade como um grande coletivo e saber que as dificuldades enfrentadas pelo próximo são também as nossas dificuldades.

A essas pessoas e entidades se destina a Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná, a qual será outorgada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, mediante proposta dos Coordenador Estadual de Defesa Civil.

O bombeiro militar que se pretende homenagear com a criação da medalha, Tenente-Coronel QOBM Dario Natan Bezerra, foi uma ilustre figura que muito se destacou em prol da Defesa Civil paranaense. Oficial que incluiu nas fileiras do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná no ano de 1980 e durante toda a sua carreira exerceu funções de cunho operacional, voltadas às atividades de busca, salvamento e de Defesa Civil, em especial, nos municípios de Londrina, Cornélio Procopio, Araçongas, Cascavel e na Capital Paranaense. Já ocupando o posto de Tenente-Coronel, havia sido designado para presidir uma comissão cujo mester era avaliar toda a

legislação estadual afeta à Defesa Civil e apresentar propostas de modernização e melhoria. Contudo, em 14 de julho de 2008, ao deslocar-se da Cidade de Londrina para Curitiba, onde participaria de uma reunião junto à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, foi vítima de um acidente automobilístico, quando no Km 326 da Rodovia BR-376, no Município de Ortigueira, um caminhão descontrolado atravessou a pista e colidiu contra a viatura conduzida pelo Oficial, que entrou em óbito no local.

Diante de todo o exposto, encerro com a assertiva de que a criação da Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná - Tenente-Coronel QOBM Dario Natan Bezerra representará um grande dispositivo de reconhecimento e agradecimento público àqueles que se destacaram em prol do bem estar comum, servindo de exemplo para toda a coletividade e enaltecendo o lema que define: "A Defesa Civil somos todos nós".

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamda esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma do substitutivo geral e anexos a e b.

Sala das Comissões, em 07/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 187/09

Art. 1º Fica criada a Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná, destinada a condecorar militares estaduais e federais, civis e instituições que tenham se destacado por relevante participação nas atividades da Defesa Civil.

Art. 2º A referida condecoração terá a denominação medalha, Tenente-Coronel QOBM Dario Natan Bezerra e, consoante modelo constante no anexo A desta lei, possuirá as seguintes características:

I - forma: retangular, com 3,5cm de largura por 3,8cm de comprimento;

II - anverso: com a gravação em alto relevo do logotipo da Defesa Civil do Estado do Paraná, com fundo em dourado;

III - reverso: com gravação em baixo relevo das expressões Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná - Tenente-Coronel QOBM Dario Natan Bezerra;

IV - material: confeccionada em metal dourado:

V - fita: em seda, com 5,0cm de comprimento e 3,5cm de largura, tendo duas faixas verticais, uma na cor laranja e outra na cor azul, ambas com 1,75cm de largura;

VI - passador: em armação retangular com 3,5cm de comprimento por 1,0cm de altura, confeccionado em metal dourado, com o logotipo da Defesa Civil do Estado do Paraná em sua região central e de forma equidistante das extremidades.

Art. 3º A Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná terá a correspondente barreta, consoante modelo definido no anexo B desta lei, sendo suas características idênticas às do passador descrito no inciso VI do artigo anterior.

Art. 4º A condecoração instituída pela presente lei será outorgada pelo Governador do Estado, mediante proposta do Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 187/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que cria a Medalha de Mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a criação da Medalha Tenente-Coronel QOBM Dario Natan Bezerra, representará um grande dispositivo de reconhecimento e agradecimento público àqueles que se destacaram em prol do bem estar comum, servindo de exemplo à coletividade e enaltecendo o lema que define: "A Defesa Civil somos todos nós."

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 187/09.

Sala das Comissões, em 07/07/09.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação de Mulheres de Dois Vizinhos e Rede de Combate ao Câncer, com sede e foro no Muni-

cípio de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 043/09, de 05/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 216/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Mulheres de Dois Vizinhos e Rede de Combate ao Câncer, a fim de possibilitar o seu crescimento e desenvolvimento com parcerias e convênios com órgãos do Paraná, haja vista sua grande contribuição social, na busca pela saúde da mulher e da comunidade paranaense.

Fundamentação

Atendendo as atribuições no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como da técnica legislativa abarcadas por este projeto de lei. Desta feita, considerando-se que o projeto, ora em análise, está em plena consonância com o disposto na Lei n° 6994/78, posteriormente alterada pela Lei n° 8589/87, não há que se falar em empecilho que obste sua normal tramitação.

Ressalte-se, ainda, quanto à técnica legislativa, que há plena conformidade com o disposto na Lei Complementar n° 095/98, sendo necessária apenas a inclusão da sigla da Associação de Mulher de Dois Vizinhos e Rede de Combate ao Câncer - AMEDV - RCC, motivo pelo qual se apresenta a Emenda Aditiva a projeto de lei.

Conclusão

Em face do exposto, somos de análise favorável à regular tramitação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI N° 216/09

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 3°, do Regimento Interno, fica adicionada à redação do artigo 1° a sigla da Associação de Mulheres de Dois Vizinhos e Rede de Combate ao Câncer - AMEDV - RCC, do Projeto de Lei n° 216/09, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação de Mulheres de Dois Vizinhos e Rede de Combate ao Câncer - AMEDV - RCC, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 272/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 037/09, que torna obrigatório que as propagandas expostas em todo o território estadual, que tenham em seu conteúdo palavras em outros idiomas, possuam tradução. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **(Publ. no DA n° 060/09, de 08/06/09, em Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 272/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n° 272/09, de autoria do Chefe do Executivo Estadual que torna obrigatório que as propagandas expostas em todo o território estadual, que tenham em seu conteúdo palavras em outros idiomas, possuam tradução.

Pretende o Governador que propagandas em outros idiomas venham acompanhadas da respectiva tradução em vernáculo brasileiro. A proposição fixa multa de R\$ 5 mil pelo descumprimento da lei estadual. A proposição sob análise não recebeu parecer prévio da assessoria técnica da CCJ.

Proposições com conteúdo similar já foram aprovadas em outros estados.

Na Câmara dos Deputados Federais tramita proposição similar de autoria do Deputado Aldo Rabelo, com parecer favorável da CCJ daquela Casa de Leis.

O projeto de lei está dentro da competência legiferante estadual e pode ser iniciada pelo Chefe do Poder Executivo.

Em que pese a difícil aplicabilidade de tal norma, a mesma cumpre os requisitos formais e constitucionais para seguir seu trâmite regimental nesta Assembleia Legislativa.

Caberá as demais comissões e ao Plenário analisar o mérito da proposição.

O parecer é pela constitucionalidade e tramitação regimental da proposição.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI N° 272/09

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria de autoria do Poder Executivo, torna obrigatório às propagandas que contenham palavras em outro idioma expostas no território estadual, a respectiva tradução.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua lega

lidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta comissão, pois, de fato, a iniciativa, além de valorizar a língua portuguesa, tornará mais acessíveis e esclarecedores as propagandas que não sejam veiculadas no idioma pátrio.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 08/07/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Solicito votação nominal. Vou votar contra. Quero votação no painel.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a votação nominal do item 23, Projeto de Lei nº 272/09.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para encaminhar, estamos votando a constitucionalidade do projeto e constitucional ele é. Se amanhã o Deputado Stephanes quiser discutir o mérito, podemos até discutir, mas quero aqui encaminhar aos nossos Deputados, votando com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito, apenas a constitucionalidade será votada hoje.

Srs. Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM e os contrários com a expressão NÃO.

Em votação.

Vai se proceder à apuração da votação nominal: 35 Srs. Deputados votaram com a expressão SIM; quatro votaram com a expressão NÃO. **Aprovado** em 1ª discussão o item 23 da pauta.

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, sede e foro no Município de Marmeleiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/09, de 23/06/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 311/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de utilidade pública estadual a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, com sede no Município de Marmeleiro e foro na Comarca de Francisco Beltrão, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que o foro correto da Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro é a Comarca de Francisco Beltrão, no Estado do Paraná, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 311/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, com sede no Município de Marmeleiro e foro na Comarca de Francisco Beltrão, no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 312/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professor Mário Brandão Teixeira Braga, sede e foro no Município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/09, de 23/06/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 312/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professor Mário Brandão Teixeira Braga, sede e foro no Município de Piraquara.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a Associação que se pretende declarar de utilidade pública também é designada pela sigla APMF/Mário Braga, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 312/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professor Mário Brandão Teixeira Braga - APMF/Mário Braga, com sede e foro no Município de Piraquara.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 337/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Agropecuária Nova SANEPAR, sede e foro no Município de Catanduvas, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/09, de 01/07/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 337/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, que objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Agropecuária Nova

SANEPAR, sediada na municipalidade de Catanduvas, a qual tem como finalidades a defesa e representação dos interesses dos agropecuaristas, a promoção do desenvolvimento agropecuário dos produtores da comunidade, a divulgação de técnicas atualizadas, bem como a solução dos problemas técnicos-científicos, sociais, econômicos inerentes à agropecuária.

Fundamentação

Atendendo as atribuições dispostas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como da técnica legislativa abarcadas por este projeto de lei. Desta feita, considerando-se que o projeto, ora em análise, está em plena consonância com o disposto na Lei nº 6994/78, posteriormente alterada pela Lei nº 8589/87, não há que se falar em empecilho que obste sua normal tramitação.

Ressalte-se, ainda, quanto à técnica legislativa, que há plena conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

em face ao exposto, somos de análise favorável à regular tramitação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 342/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública estadual o Conselho Comunitário de Segurança de Cianorte, com sede e foro na Cidade de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/09, de 01/07/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 342/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, que objetiva declarar de utilidade pública estadual o Conselho Comunitário de Segurança de Cianorte, a fim de possibilitar o seu crescimento e desenvolvimento com parcerias e convênios com órgãos do Paraná, haja vista sua grande contribuição social, na busca pela segurança do cidadão e da comunidade.

Fundamentação

Atendendo as atribuições dispostas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente, a análise acerca da constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como da técnica legislativa abarcadas por este projeto de lei. Desta feita, considerando-se que o projeto, ora em análise, está em plena

consonância com o disposto na Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, não há que se falar em empecilho que obste sua normal tramitação.

Ressalte-se, ainda, quanto à técnica legislativa, que há plena conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Em face ao exposto, somos de análise favorável à regular tramitação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Decreto Legislativo nº 002/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em Projetos de Decreto Legislativo).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo apresentar proposta de emenda à Constituição Federal, para alterar a redação dos artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 60, III, autoriza a apresentação de Emenda à Constituição Federal quando a proposta for apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, devendo ter sido a proposta aprovada por maioria relativa em cada uma das casas:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A presente iniciativa parlamentar destina-se a dar início a este procedimento e, sendo a medida aprovada por esta Casa Legislativa, deverá ser encaminhada às Assembleias Legislativas dos Estados membros para que, julgando a medida oportuna, subscrevam-na.

Na doutrina, José Afonso da Silva destaca que os Estados membros jamais haviam feito uso desta prerrogativa:

Pelo citado artigo 60, I, II e III, vê-se que a Constituição poderá ser emendada por proposta de iniciativa: (...) (3) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, retomando, aqui, uma regra que vinha desde a Constituição

de 1891, suprimida pela de 1969, regra que não teve uma única aplicação nesses 100 anos de República.¹

O projeto de decreto legislativo é, nesse sentido, de grande apreço, pois torna mais efetiva a participação estadual na atividade legislativa em âmbito federal, sendo um grande passo na aplicação do princípio federativo, consignado no artigo 1º da República Federativa do Brasil.

Podemos constatar que o artigo objeto da proposta de Emenda Constitucional não se encontra no rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal elencados pelo artigo 60, parágrafo 4º:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Constatamos que o decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme parágrafo 3º do artigo 121 supramencionado:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: (grifo nosso)

Nesse sentido, a observação, sempre oportuna, de José Afonso da Silva:

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (artigo 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os Regimentos Internos são aprovados por resoluções.

Dessa forma, observamos que o Decreto Legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de Decreto Legislativo em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que acres-

1. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 64.

centa dispositivo ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em **Projetos de Decreto Legislativo**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo apresentar proposta de emenda à Constituição Federal, para acrescentar dispositivo ao artigo 26 da Constituição Federal.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 60, III, autoriza a apresentação de Emenda à Constituição Federal quando a proposta for apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, devendo ter sido a proposta aprovada por maioria relativa em cada uma das casas:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A presente iniciativa parlamentar destina-se a dar início a este procedimento e, sendo a medida aprovada por esta Casa Legislativa, deverá ser encaminhada às Assembleias Legislativas dos Estados membros para que, julgando a medida oportuna, subscrevam-na.

Na doutrina, José Afonso da Silva destaca que os Estados membros jamais haviam feito uso desta prerrogativa:

Pelo citado artigo 60, I, II e III, vê-se que a Constituição poderá ser emendada por proposta de iniciativa: (...) (3) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, retomando, aqui, uma regra que vinha desde a Constituição de 1891, suprimida pela de 1969, regra que não teve uma única aplicação nesses 100 anos de República.¹

O Projeto de Decreto Legislativo é, nesse sentido, de grande apreço, pois torna mais efetiva a participação estadual na atividade legislativa em âmbito federal, sendo um grande passo na aplicação do princípio federativo, consignado no artigo 1º da República Federativa do Brasil.

Podemos constatar que o artigo objeto da proposta de Emenda Constitucional não se encontra no rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal elencados pelo artigo 60, parágrafo 4º:

1. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 64.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Constatamos que o Decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme parágrafo 3º do artigo 121 supramencionado:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: (grifo nosso)

Nesse sentido, a observação, sempre oportuna, de José Afonso da Silva:

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (artigo 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os Regimentos Internos são aprovados por resoluções.

Dessa forma, observamos que o Decreto Legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de Decreto Legislativo em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que modifica o artigo 198 da Constituição Federal e o parágrafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Emenda a Constituição). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em **Projetos de Decreto Legislativo**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo apresentar proposta de emenda à Constituição Federal, para modificar o artigo 198 da Constituição Federal e o pará-

grafo 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 60, III, autoriza a apresentação de Emenda à Constituição Federal quando a proposta for apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, devendo ter sido a proposta aprovada por maioria relativa em cada uma das casas:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A presente iniciativa parlamentar destina-se a dar início a este procedimento e, sendo a medida aprovada por esta Casa Legislativa, deverá ser encaminhada às Assembleias Legislativas dos Estados membros para que, julgando a medida oportuna, subscrevam-na.

Na doutrina, José Afonso da Silva destaca que os Estados membros jamais haviam feito uso desta prerrogativa:

Pelo citado artigo 60, I, II e III, vê-se que a Constituição poderá ser emendada por proposta de iniciativa: (...) (3) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, retomando, aqui, uma regra que vinha desde a Constituição de 1891, suprimida pela de 1969, regra que não teve uma única aplicação nesses 100 anos de República.¹

O Projeto de Decreto Legislativo é, nesse sentido, de grande apreço, pois torna mais efetiva a participação estadual na atividade legislativa em âmbito federal, sendo um grande passo na aplicação do princípio federativo, consignado no artigo 1º da República Federativa do Brasil.

Podemos constatar que o artigo objeto da proposta de Emenda Constitucional não se encontra no rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal elencados pelo artigo 60, parágrafo 4º:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Constatamos que o Decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme parágrafo 3º do artigo 121 supramencionado:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

1. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 64.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: (grifo nosso)

Nesse sentido, a observação, sempre oportuna, de José Afonso da Silva:

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (artigo 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os Regimentos Internos são aprovados por resoluções.

Dessa forma, observamos que o Decreto Legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de Decreto Legislativo em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 31

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 05/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera os artigos 132 da Constituição Federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em Projetos de Decreto Legislativo).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de Decreto Legislativo, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo apresentar proposta de emenda à Constituição Federal, para alterar o artigo 132 da Constituição Federal.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seu artigo 60, III, autoriza a apresentação de Emenda à Constituição Federal quando a proposta for apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação, devendo ter sido a proposta aprovada por maioria relativa em cada uma das casas:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A presente iniciativa parlamentar destina-se a dar início a este procedimento e, sendo a medida aprovada

por esta Casa Legislativa, deverá ser encaminhada às Assembleias Legislativas dos Estados membros para que, julgando a medida oportuna, subscrevam-na.

Na doutrina, José Afonso da Silva destaca que os Estados membros jamais haviam feito uso desta prerrogativa:

Pelo citado artigo 60, I, II e III, vê-se que a Constituição poderá ser emendada por proposta de iniciativa: (...) (3) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, retornando, aqui, uma regra que vinha desde a Constituição de 1891, suprimida pela de 1969, regra que não teve uma única aplicação nesses 100 anos de República.¹

O Projeto de Decreto Legislativo é, nesse sentido, de grande apreço, pois torna mais efetiva a participação estadual na atividade legislativa em âmbito federal, sendo um grande passo na aplicação do princípio federativo, consignado no artigo 1º da República Federativa do Brasil.

Podemos constatar que o artigo objeto da proposta de Emenda Constitucional não se encontra no rol de cláusulas pétreas da Constituição Federal elencados pelo artigo 60, parágrafo 4º:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Constatamos que o Decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme parágrafo 3º do artigo 121 supramencionado:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como: (grifo nosso)

Nesse sentido, a observação, sempre oportuna, de José Afonso da Silva:

Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (artigo 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casa, mas com efeitos internos; assim os Regimentos Internos são aprovados por resoluções.

Dessa forma, observamos que o Decreto Legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de Decreto Legislativo em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Sobre os referidos projetos, Requerimento nº 3485, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Apenas esclareço aos Srs. Deputados que os itens 28, 29, 30 e 31 são de minha autoria e dizem respeito à Carta de Curitiba, que foi firmada por todos os Presidentes das Assembleias Legislativas, que quando aqui estiveram solicitaram que todas as Assembleias votassem algumas alterações na Constituição do Estado, por exemplo, a possibilidade ou a pressão da alteração das Assembleias Legislativas poderem votar novamente a criação de Município e situações pontuais que foram discutidas entre os Presidentes das Assembleias Legislativas.

Por uma solicitação do Deputado Elton Welter, que gostaria de estudar com a sua assessoria essas questões, achamos que não haveria nada de mais que o Deputado pudesse adiar por cinco Sessões, para que ele pudesse, com sua assessoria, estudar os cinco projetos.

Portanto, o autor é a Assembleia Legislativa, baseada naquilo que todas as Assembleias Legislativas já fizeram. Todas já aprovaram e encaminharam ao Congresso tal solicitação. Mas vou atender o pedido do Deputado Elton Welter e retiro por cinco Sessões, para que no começo de agosto, já que o Deputado quer apresentar um parecer ou discutir, e eu não vejo razão para que isso não aconteça.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Apenas a título de esclarecimento, principalmente para quem nos ouve, o enunciado desse projeto dá impressão, para quem lê, de que a Assembleia Legislativa do Paraná estivesse mudando um dispositivo da Constituição Federal. Eu mesmo fui conversar com V. Exa. há pouco. Acontece que a própria Constituição Federal determina, e eu não lembro o número agora de cabeça, que aprovado pelas Assembleias Legislativas do País, o texto de alteração de um dispositivo da Constituição Federal, ele pode ser apresentado como emenda constitucional. Portanto, a proposição que a Mesa está fazendo, não há nada de inconstitucional, desde que as outras Assembleias Legislativas do País também procedam com uma alteração como esta, para que elas se cre-

1. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. Editora Malheiros. 27ª Ed. São Paulo. 2007. Pág. 64.

denciem a poder entrar no Congresso Nacional com uma constitucional.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana. É exatamente o que V. Exa. enuncia e é esta a missão da Assembleia Legislativa do Paraná: acompanhar todas as outras Assembleias do Brasil que já fizeram. Mas nada vai acontecer no mês de julho no Congresso Nacional. Portanto, não vejo razão para que não possamos adiar a matéria, a pedido do Deputado Elton Welter.

Ficam portanto, adiadas as discussões por 10 (dez) Sessões dos Projetos de Decreto Legislativo n°s 02, 03, 04 e 05/09.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento n° 3499, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3416, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3486, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e Plauto Miró, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 3492, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3473 e 3483, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3480, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3481 e 3482, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3484, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Pela ordem, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sei que o que vou falar agora é perfeitamente regimental, o que o Deputado Romanelli acabou de fazer.

A Bancada de Oposição fez um requerimento para pedir explicações sobre a questão do leite. Regimentalmente, o Deputado Romanelli, pediu para discutir.

Quero fazer um apelo ao Deputado Romanelli, que esse tipo de requerimento, quando é para ter informação desses recursos ou daqueles, ele que deixe passar. Os Deputados têm direito de fazer esse tipo de apelo, de esclarecimento, de saber se tudo está a contento ou não. É um apelo que eu faço ao Deputado Romanelli, para que ele retire esse a discutir e aprove.

Porque o Governo, naturalmente, vai prestar os esclarecimentos necessários e está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Tenho adotado como prática, sempre que a Oposição, ou qualquer Parlamentar que apresenta o requerimento, muitas vezes até conseguimos trazer a resposta na própria Sessão ou na Sessão subsequente.

Ao mesmo tempo, o Programa Leite das Crianças é, indiscutivelmente, o grande instrumento, que tem uma lógica fantástica. Primeiro que melhorou muito o preço do leite a partir do estímulo a bacia leiteira do Estado do Paraná. Porque são cerca de 197 mil litros de leite por dia. A grande maior parte dos fornecedores são cooperativas ou associações de produtores, e o preço do leite é formado pelo preço de mercado, que é um grande instrumento.

Porque o leite não é o longa vida, é o chamado “barriga mole”, é o leite que tem a adição de ferro, de vitamina. Sabemos o quanto tem sido importante às crianças, especialmente na primeira infância, que são beneficiadas pelo Programa Leite das Crianças. É um motivo de um grande orgulho para o nosso Governo.

Amanhã trarei para o Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, a resposta, se for possível, ou então aprovamos o requerimento, que aliás, do ponto de vista do Regimento, está muito bem formulado, absolutamente correto. Apenas é uma praxe mesmo da Liderança do Governo. Mas, entendo que a Liderança da Oposição, ou qualquer outro Parlamentar, têm o direito de apresentar o requerimento. Essa liderança, ou qualquer Parlamentar pode pedir para discutir, o que se adia a deliberação de um requerimento para a Sessão subsequente, 24 horas depois.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento n° 3489, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3494 a 3497, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3434, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3435 a 3445, 3447, 3448, 3450 a 3466, 3468 e 3491, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3469 e 3470, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3472, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 3474 a 3479, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3490, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3493, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordi-

nária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 109, 187 e 272/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei n° 304/09.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira dia 14, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 223, 286, 288, 297 e 324/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 109 e 187/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 057 e 304/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 303 e 354/09.

Levanta-se a Sessão.

